



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

JONATAS MENDES

**O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL
NA GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

JONATAS MENDES

**O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL
NA GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Mendes, Jonatas.

M538e

O ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau: desafios e consequências / Jonatas Mendes. - Redenção, 2023.

72fl: il.

Monografia - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras/Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira.

1. Língua portuguesa. 2. Linguística - Planejamento. 3. Guiné-Bissau. 4. Ensino-Aprendizagem. I. Silveira, Alexandre Cohn da. II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 469.02

JONATAS MENDES

**O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL
NA GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 31 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Denilson Lima Santos (Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Carlos Héric Silva Oliveira (Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedico este trabalho ao meu falecido pai, que sempre acreditava em mim e dizia "com determinação podemos alcançar os nossos objetivos, filho não desiste dos seus sonhos". Também sem esquecer da minha mãe, que se encontra com problemas de saúde nesse período e luta todos os dias para dar um futuro melhor para os seus filhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado a vida, saúde, força e vontade de correr atrás do meu sonho, até chegar nessa primeira etapa da minha formação acadêmica. Agradeço aos meus pais, Dorcas Paulo Nanque e Umaro Mendes, pela confiança que depositaram em mim, acreditaram que conseguiria alcançar os meus objetivos, me ensinaram a não desistir dos meus sonhos. Sem esquecer dos meus avós, que considero como meus pais, Paulo e Segunda, que já não estão entre nós. Sei que estão felizes por mim e sou grato pela educação que me deram, desde os ensinamentos religiosos, as convivências sociais e muito mais. Os vossos ensinamentos ficarão para sempre na minha memória.

Meus profundos agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira. Não tenho palavras suficientes para te agradecer, gratidão por cada momento que você criou para atender às minhas demandas, grato por ter me orientado para escrever esse trabalho, as suas experiências que me passou, ensinamentos, e tudo que me ensinou a enfrentar os desafios acadêmicos para obter mais conhecimentos. Você é o suporte fundamental do meu percurso acadêmico, admiro tanto seu profissionalismo e você sempre será a minha referência.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre, a minha professora de Estágio I e II, Prof. Dr. Carlos Heric Silva Oliveira o meu professor de Estágio III e IV e também coordenador do programa Residência Pedagógica, do qual eu fazia parte, e também à professora Rejane L de Queiroz, do Colégio Estadual Anna Junqueira Ayres Tourinho, Supervisora de programa Residência Pedagógica. Todos contribuíram para o meu desenvolvimento sobre o processo de ensino-aprendizagem e a ter um novo olhar sobre o espaço escolar.

Aos meus amigos, colegas de luta, agradeço por todos os momentos que passamos juntos, partilha de conhecimento, motivação e apoio, sem esquecer das minhas irmãs Mindoca e Catiana, meus tios Elias e Abubacar, aos docentes do curso de Letras - Língua Portuguesa Campus dos Malês, gratidão.

Obrigado à Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

RESUMO

Este trabalho reflete sobre o ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau, que é um trabalho de conclusão de curso, no qual abordamos sobre os desafios e consequências do ensino dessa língua dentro do território nacional do país. Como sabemos, o processo de ensino-aprendizagem é um espaço de interação entre o aluno e o professor, entretanto o ensino de língua deve basear-se nas questões sociolinguísticas do país. Uma vez que a Guiné-Bissau é um país multilíngue, é preciso dar valor à história e às culturas da sociedade guineense, não podendo haver uma distância entre isso e a educação. Para termos um bom ensino da língua portuguesa na Guiné Bissau é necessário que haja uma política voltada ao ensino da língua portuguesa como L2, como língua não materna, porque a maior parte da população guineense não tem a língua portuguesa como a sua língua materna. Esta pesquisa buscou entender melhor o contexto linguístico guineense e a questão do ensino de língua portuguesa no país, ouvindo docentes guineenses sobre este ensino, suas formações acadêmicas, os desafios encontrados na educação do país e suas visões críticas sobre as questões apontadas. O que percebemos é que é muito importante rever a política e planejamento linguístico do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, hoje pautado no ensino tradicional de língua portuguesa como língua primeira, em sua variedade europeia. Também mudar o currículo pedagógico de formação dos professores da língua portuguesa, para que haja um ensino de inclusão social.

Palavras-chave: ensino-aprendizagem; Guiné-Bissau; língua portuguesa; linguística - planejamento.

REZUMU

É tarbadju na papia sobri insinu di lingua portuguis na iskola “fundamental” na Guiné-Bissau, nundé ku nô fala sobri disafius i purbulemas, ku insinu di lingua portuguis ta tissinu na nô tera, suma ku nô sibi di kuma insina ku aprendi, i troka di cunhisimentu pa parti di pursoris ku alunus, pa kila, pa insina lingua portuguis, nô dibidi pensal na nô povu ku linguas di nô tera, pabia no tera tene manga di linguas, pa kila sempri no dibidi dá balur pa nô istoria ku nô kultura, tambi nô ka pudi sipara istoria ku kultura di povu di Guiné-Bissau, ora ku nô na trata sobri insina ku aprendi. Pa nô tene un grandi insinu di lingua portuguis, i pirsis kunsu sina lingua portuguis suma sigundu lingua, pabia manga di guinensi ka aprindi papia portuguis suma si purmeru lingua, ku tudu es, nô dibidi pensa na un mindjor forma kuma ku nona monta insinu di lingua portuguis na Guiné-Bissau, tambi cria um mudelu di insinamentu pa formason di pursuris di lingua portuguis, nundé kina lebadu en konsiderason forma ku nota vivi na nô sociedadadi.

Palabra tchabi: disafius - purbulemas i Guiné-Bissau; insina-aprendi; lingua portuguis.

ABSTRACT

This work reflects on the teaching of the Portuguese language in elementary education in Guinea-Bissau, which is a course completion work, in which we address the challenges and consequences of teaching that language within the national territory of the country. As we know, the teaching-learning process is a space for interaction between the student and the teacher, however language teaching must be based on the country's sociolinguistic issues. Since Guinea-Bissau is a multilingual country, it is necessary to value the history and cultures of Guinean society, and there cannot be a distance between this and education. In order to have a good teaching of the Portuguese language in Guinea Bissau, it is necessary to have a policy aimed at teaching the Portuguese language as L2, as a non-mother tongue, because most of the Guinean population does not have Portuguese as their mother tongue. This research sought to better understand the Guinean linguistic context and the issue of Portuguese language teaching in the country, listening to Guinean teachers about this teaching, their academic training, the challenges encountered in education in the country and their critical views on the issues raised. What we realize is that it is very important to review the linguistic policy and planning of Portuguese language teaching in Guinea-Bissau, which is currently based on the traditional teaching of Portuguese as a first language, in its European variety. Also change the pedagogical curriculum for training teachers of the Portuguese language, so that there is a teaching of social inclusion.

Keywords: Guinea Bissau; linguistics - planning; Portuguese language; teaching-learning.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJALV – Abubacar, Julio, Adramane, Luís e Vladimir.

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

ENSTT – Escola Nacional Superior Tchico Té.

IC – Instituto de Camões.

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CAPÍTULO I: CONTEXTO LINGUÍSTICO DA GUINÉ-BISSAU	14
2.1	AS LÍNGUAS NA/DA GUINÉ-BISSAU	14
2.2	PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO DA GUINÉ-BISSAU	22
2.2.1	O lugar da língua portuguesa na Guiné-Bissau	24
2.2.2	O lugar do crioulo guineense na Guiné-Bissau	27
2.2.3	O lugar das demais línguas nacionais	30
3	CAPÍTULO II: A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU	32
3.1	A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	32
3.2	COMO É O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU	34
3.3	OS MATERIAIS DIDÁTICOS	37
4	CAPÍTULO III: PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU	40
4.1	A PESQUISA	40
4.2	O QUESTIONÁRIO	41
4.3	OS SUJEITOS DE PESQUISA	42
4.4	AS RESPOSTAS E AS ANÁLISES	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau, oficialmente República da Guiné-Bissau, é um país da África Ocidental que faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné ao sul e ao leste e com o Oceano Atlântico a oeste. O território guineense abrange 36.125 quilómetros quadrados de área, com uma população estimada de 1,6 milhão de pessoas. Foi a primeira colónia portuguesa no continente africano a ter a independência reconhecida por Portugal, declarada em 24 de setembro de 1973 o movimento de libertação nacional o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE GUINÉ- BISSAU E CABO-VERDE - (PAIGC), proclamou unilateralmente o Estado da República da Guiné-Bissau, que veio a ser reconhecida em 10 de setembro de 1974.

Figura 1 - Mapa e a localização geográfica da Guiné-Bissau



Fonte: <https://thumbs.dreamstime.com/z/mapa-pol%C3%ADtico-de-guin%C3%A9-bissau-103661003.jpg>

A presente pesquisa tem como principal objetivo entender como funciona o ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau, observando seus desafios e

consequências. O trabalho busca realizar reflexões sobre o sistema educacional na Guiné-Bissau, tendo atenção à organização do ensino da língua portuguesa no país, a concepção de língua ensinada e as consequências dessa forma de educação linguística. Trata-se de perceber como estão sendo implementados os planejamentos linguísticos para a língua portuguesa em um país que, sabidamente, é multilíngue e possui grande diversidade cultural.

Para analisar os desafios e as consequências do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, foram estudados alguns trabalhos científicos e páginas de websites, além de termos realizado entrevistas com docentes guineenses que atuam no ensino de língua portuguesa. Investigamos sobre sua formação acadêmica, suas vivências pedagógicas, materiais didáticos disponíveis para o ensino de língua portuguesa e buscamos compreender os desafios enfrentados no exercício da profissão dos professores.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo aborda sobre questões gerais relativas ao contexto linguístico da Guiné-Bissau. No segundo capítulo, discutimos sobre a organização do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau e os planejamentos linguísticos adotados no país. Por fim, no terceiro capítulo, trazemos informações metodológicas sobre a pesquisa realizada, expondo os dados coletados e nossos comentários analíticos. O trabalho termina apresentando nossas considerações finais.

2 CAPÍTULO I: CONTEXTO LINGUÍSTICO DA GUINÉ-BISSAU

2.1 AS LÍNGUAS NA/DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é um país que tem a língua portuguesa como sua língua oficial, mas dentro do território nacional temos vários grupos étnico-linguísticos, por exemplo: balanta, papel, manjaca, bijagó, fula, mandiga, felupe, biafada, mancanha e muito mais. Todos esses grupos têm a sua língua e também têm a língua guineense como a língua nacional, que é a mais falada na maior parte do país. Estão presentes no contexto linguístico guineense também duas línguas estrangeiras que são um pouco faladas no país: o inglês e o francês.

Podemos considerar que “A língua é instável, dinâmica e criativa. A todo o momento, a língua tenta se adaptar às novas realidades sociais, econômicas e políticas” (NAMONE, TIMBANE, 2017, p. 41). Essa “adaptação” se dá através das questões político-linguísticas de cada contexto, as quais provocam ou necessitam de variações linguísticas que atendam melhor aos seus indivíduos falantes e que são utilizadas por comunidades de qualquer que seja a sociedade. Por outro lado, podemos afirmar que a língua se modifica de acordo com as modificações que envolvem a sociedade, suas vontades, valores e construções coletivas. Tudo isso contribui para que a língua não seja uma coisa estável. Por isso que Calvet (2007, p.12) diz que “As línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes.”

Sempre a língua e a cultura andam juntas, e para dominar um povo culturalmente, é preciso que haja um domínio no campo linguístico. A Guiné-Bissau é um país de grande diversidade linguística que foi invadido por uma outra cultura, por uma outra língua, a língua portuguesa, que iniciou no processo da colonização. Nós sabemos que a cultura do povo guineense tem muito valor para aquela sociedade então é preciso entendermos o quão esse povo sente-se representado por suas línguas. Isso significa dizer que a língua portuguesa, da maneira como entrou na história dos guineenses e da forma como está hoje em dia, nem sempre representa ou identifica esse povo e suas culturas diversas.

“A língua estabelece uma relação entre os povos que a falam, sempre identificando a sociedade (TIMBANI; QUEBI; ABDULA, 2014).”As pessoas se identificam com as línguas que eles querem, as línguas que eles se sintam representados.

Na Guiné-Bissau, o guineense é a língua que facilita a comunicação entre a população. Nos lugares públicos só se fala a língua guineense. Por exemplo: nos mercados, nas igrejas e até nas instituições do Estado se usa a língua guineense nas práticas

comunicativas diárias. Muito embora seja proibido que, em algumas escolas públicas assim como privadas, seja usada a língua guineense no recinto escolar, mesmo assim, às vezes os alunos preferem não cumprir essa regra. Eles usam a língua guineense para facilitar a comunicação entre eles, assim também com o professor. Igualmente professores/as, quando estão a explicar a matéria e os alunos não estão a compreender o conteúdo, resolvem dar a explicação em língua guineense para facilitar a vida dos alunos em termos de compreensão melhor do conteúdo.

Apesar de facilitar a comunicação em grande parte das situações, a língua guineense, em outras zonas no interior do país é necessário que sejam usadas outras línguas, inclusive nas situações de ensino. É o caso da língua fula (na região de Gabu), da língua balanta (na região de quinara), da língua manjaco (região de Cacheu), dentre outras. Sabemos que nem todas as pessoas sabem falar a língua guineense dentro da Guiné-Bissau, havendo zonas que têm um número de falantes da língua guineense bem reduzido.

O quadro seguinte apresenta as principais línguas e número de falantes na Guiné-Bissau, no qual trabalhamos com dados de 2009, porque foi o último ano que fizeram um recenseamento geral da população no país.

LÍNGUA	(%)	NÚMERO DE FALANTES	
		1979	2009
ANO	1979 e 2009		
Crioulo Guineense	(44,31%)	349.638	673.880
Balanta	(24,54%)	193.722	373.212
Fula	(20,33%)	160.499	231.774
Português	(11,8%)	87.464	168.508
Mandinga	(10, 11%)	79.790	153.756
Manjaco	(8,13%)	64.194	123.643
Papel	(7, 24%)	57.202	110.108
Biafada	(1,97%)	15.551	29.960
Bijagó	(1,97%)	15.546	29.960
Mancanha	(1,86%)	14.682	28.287
Felupe	(1,48%)	11.701	22.508
Nalu	(0,31%)	2.491	4.715
Inválidos	(0,05%)	381	760
TOTAL	(133,%)	1.052.861	1.951.071

Fonte: Scantamburlo (2013).

Muitas pessoas falam, a língua do seu grupo social ou da sua comunidade, portanto para ensinar esse povo é preciso que o professor adote uma nova forma de lecionar, tentando incluir a língua dessa comunidade dentro do ensino. Sendo assim os alunos vão compreender e aprender muito mais rápido o conteúdo das aulas.

Na Assembleia Nacional Popular, o debate sempre é conduzido em língua guineense. Nas rádios e emissoras de televisão, os jornalistas usam mais a língua guineense para apresentar a maior parte das notícias. Tudo isso comprova o quanto é relevante essa língua no seio da sociedade guineense em termos de comunicação e identidade.

Vamos trazer exemplos retirados nos programas e reportagens sobre o uso da língua guineense: o programa de rádio Capital FM Tira Teimas, debate na sessão parlamentar, nas campanhas políticas e a reportagem sobre covid-19.

O programa Tira Teimas notícias de Guiné-Bissau, é um programa de Rádio Capital FM que tem como apresentador Sumba Nansil, e vários correspondentes em algumas partes de país, é transmitido no Facebook, é transmitido via *youtube*, também pode acompanhar através do site do rádio, www.radiocapital.caster.fm e pode acompanhar através da sua frequência 87.7 MHz, esse programa acontece cada semana de segunda a sexta a partir das 22h e termina às 22h40 horário de Guiné-Bissau.

O jornalista apresenta em resumo, as principais informações que marcam o dia numa abordagem personalizada com protagonistas e especialistas das notícias nacionais, onde o apresentador procura entrar em contato com os seus correspondentes. O apresentador um dos jornalistas mais influentes do país, qualquer acontecimento que está relacionado com um político ele sempre procura entrar em contato com esse político, todas as notícias desse programa são dadas em língua guineense para facilitar os telespectadores.

De acordo com as informações retiradas na página de *facebook* da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e no *youtube* da radio Bantaba, as sessões plenárias que sempre é liderado pelo presidente da assembleia nacional ou vice-presidente no caso da sua ausência. Logo no início da sessão, no momento de apresentação de ordem do dia, na maioria das vezes a língua que é usada é a língua guineense. Logo depois da apresentação da ordem do dia, a maior parte dos deputados somente usam a língua guineense para dar a sua contribuição.

Mesmo quando é o momento de apresentação do programa do governo, que o Primeiro Ministro apresenta em língua portuguesa, depois de apresentação nas maiorias dos deputados que usam as palavras a seguir, essas palavras são faladas em língua guineense.

As informações retiradas nas mídias sociais na página de TGB <https://www.youtube.com/channel/UCDINJhUuEy8B14pcMhIKdQg/playlists>, que é televisão nacional da Guiné-Bissau, e alguns rádios no caso de rádio Capital FM <http://radiocapital.caster.fm/> e rádio Jovem <https://www.radiojovem.info/>, no momento das campanhas políticas, os candidatos usam a língua guineense em todas as suas campanhas

políticas, mesmo estando numa região que nem todas as pessoas compreendem a língua guineense, os candidatos procuram sempre uma pessoa para fazer a tradução como uma forma de facilitar a população.

Também as notícias que retiramos nas reportagens sobre combate a Covid-19, as campanhas que são feitas pelas diferentes organizações e as pessoas, verificamos que eles usam a língua guineense e línguas étnicas para sensibilizar a população da Guiné-Bissau como podem proteger dessa doença. Também têm vários músicos da Guiné-Bissau, da velha geração assim como da nova geração gravaram as músicas outros em língua guineense e alguns em outras línguas étnicas.

Listamos abaixo alguns exemplos:

1- Links das músicas sobre covid: https://youtu.be/9qjELL_59Do, <https://youtu.be/LgOP-Zbfh4E>.

2- Campanha de sensibilização de Covid-19 na Buiné-Bissau: <https://youtu.be/IN99TEI-oRA>.

3- Abertura de campanha eleitoral do ano 2019 do partido PAIGC: https://youtu.be/OOr0KZSHj_Y.

Diante da realidade mostrada nas reportagens apresentadas, percebemos que o cenário linguístico guineense é composto por diversas línguas maternas nacionais que convivem de forma desigual com a língua adotada pelo Estado guineense, a língua portuguesa. É preciso entender bem o lugar que as línguas ocupam no país e o prestígio que é dado a elas, para analisarmos com mais profundidade o sistema educacional da Guiné-Bissau. Precisamos entender quais são as relevâncias dessas línguas nacionais, e das línguas maternas, dentro do nosso sistema educacional, o que essas línguas podem trazer de bom para a nossa sociedade em geral, no nosso sistema escolar.

Como sabemos, os portugueses introduziram a língua portuguesa nos países colonizados para facilitar o processo da colonização e os países da colônia portuguesa todos passaram a ter a língua portuguesa como a língua oficial e do ensino também, como no caso da Guiné-Bissau.

As tensões coloniais geraram conflitos internos no país que são percebidos até hoje, no que diz respeito às questões linguísticas, como uma manifestação do que Mariani (2013) chama de colonialismo linguístico. Para Mariani, trata-se de um projeto de colonização linguística constituído com base no catolicismo jesuítico e em consonância com um imaginário em torno da relação língua-nação vigente do século XVI ao XVIII.

Esse projeto de colonização linguístico, os portugueses usaram nas suas colônias, para levar as memórias europeias dentro das comunidades colonizadas. Nesse sentido, podemos afirmar que é uma construção de origem colonial. Os portugueses usaram essa estratégia das igrejas, para evangelização como forma de expandir a sua língua nos países colonizados. Segundo Mariani, (2013). “[...] colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único. E com uma imagem coletiva da política nacional, defensor da expansão do catolicismo, e associada a um imaginário de unidade do português como língua de estado.” Podemos considerar a língua do estado, uma língua que foi obrigado as suas utilizações nas instituições públicas, através da legislação do estado.

O colonialismo linguístico, segundo Mariani, tematiza a trajetória histórica-linguística constitutiva da institucionalização da língua portuguesa no Brasil... Podemos considerar que é a forma que os portugueses usam para dominar as suas colônias, através da evangelização da igreja católica, usaram esse projeto de evangelização como uma forma de controlar mais rápido possível as suas colônias.

Mesmo assim, existe diversidade linguística nos países da colônia portuguesa, como uma forma de resistência do próprio povo colonizado. Logo no início do processo da colonização, existem vários fatores que houvesse para que haja diversidade linguística, não só as línguas indígenas, mas também as línguas europeias como nos casos latim, francês, inglês e o próprio português. Mariani (2004), esses são os fatores que causam diversidade linguísticas nos países da colônia portuguesa, no caso da Guiné-Bissau existem várias etnias, além da língua guineenses também existem as línguas estrangeiras, no caso as línguas europeias.

Segundo:

O que está em jogo na colonização linguística e na institucionalização do português no território brasileiro nem é tanto, ou apenas, essa diversidade de línguas e falares em termos tecnicamente linguísticos, mas sim uma heterogeneidade linguística que será parte integrante do que no século XIX vai ser chamado de língua brasileira. (BATHANIA, 2004, p. 21)

De acordo com a autora, suas palavras dizem respeito à forma que o português é institucionalizado no território brasileiro, sendo assim podemos perceber também a forma que é institucionalizado nos outros países da colônia portuguesa no caso da Guiné-Bissau, em todos os países da colônia portuguesa a língua que passou a falar sempre traz as memórias europeias, em específico a língua portuguesa. “Mas historicizou-se de modo diferente em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente.” (MARIANI, 2013, p 22)

Com a independência da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973 de uma forma unilateral, não havia grandes escolas colocadas pelos colonizadores. Os portugueses não tinham colocado grandes infraestrutura escolar de qualidade no período colonial na Guiné-Bissau, isso faz com que depois da independência a Guiné-Bissau se encontre com maior número de analfabetos. Mendes (2019).

Após a independência, o partido PAIGC, como sabia que os portugueses somente estavam a explorar os homens e recursos naturais do país, logo colocou uma política da reconstrução nacional. “A palavra de ordem lançada pelo PAIGC, o único partido detentor e controlador do sistema político administrativo do país, naquele contexto histórico, era o fim da exploração do homem pelo homem e a reconstrução nacional.” (MENDES, 2019, P. 73), mostrou que é possível uma nova vida para as populações de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, que merecem ter um ensino de qualidade e boa saúde.

Como o partido PAIGC tinha colocado as escolas nas zonas libertadas para poder ensinar as ideologias do partido as suas populações, como a forma de resistência e lhes sensibilizar para aderiram a luta, a língua que era usada na altura nessas escolas é a língua guineense como a única forma de passar as informações. Nessa ótica o partido após a independência, deu continuidade com as suas ideologias partidárias como a única forma de governar o país e decidiram investir muito na área da educação para ajudar no desenvolvimento do país.

“No entanto, para contrapor essa barreira da falta de recursos humanos qualificados, havia toda a necessidade de investimento na área da educação para garantir a formação de jovens.” (MENDES, 2019, p. 73) Em 1974, o partido criou uma Comissão da Educação para concretizar os seus desejos. Segundo Mendes:

O Comissariado Nacional da Educação inicialmente enfrentou enormes dificuldades para garantir escolarização dos cidadãos em todo o território nacional, na base de princípios que caminhavam para a concretização do projeto da "reconstrução nacional". Isso porque, em primeiro lugar, havia uma herança do sistema de ensino que a administração colonial tinha mantido um funcionamento nas zonas urbanas e nas cidades das regiões do país. Por outro lado, havia escolas que funcionavam através da experiência do sistema da educação que o PAIGC havia desenvolvido nas zonas libertadas durante o período da luta. (MENDES, 2019, p. 73)

Com todas as dificuldades durante esse processo, duas estruturas ligadas a área da educação, é necessário pensar um novo sistema para poder facilitar no processo de ensino e aprendizagem das populações no território nacional. E sobre como a língua portuguesa foi escolhida como a língua oficial na Guiné-Bissau. De acordo com o nosso grande líder

Amílcar Lopes Cabral, de que havia tanto esforço tomado para definir a língua portuguesa como a língua oficial ou nacional da Guiné-Bissau, onde mostrou que é uma decisão tomada numa reunião em 28 de agosto a 2 de setembro de 1967, é a reunião do Gabinete de Estado da Direção Geral da Educação do Ministro do Ultramar. (MENDES, 2019, apud CABRAL, 1993).

Partir dessa reunião que a língua portuguesa tornou-se a língua oficial na Guiné-Bissau, mas não de uma forma oficial ou legal na carta magna do país que é a constituição da república da Guiné-Bissau. Mas assim a língua portuguesa é usada nas instituições públicas, nas escolas, em alguns rádios e jornais. De uma forma legal ou podemos dizer oficial a língua portuguesa tornou-se como a língua oficial na Guiné-Bissau em 2007.

“Somente a partir de 2007, essa língua passou a ser enquadrada por um Decreto Lei (nº 7 de 12 de novembro de 2007) que obriga a utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas.” (CA, 2015, p 134). Mesmo com esse Decreto lei, que estabelece a utilização da língua portuguesa, nos lugares públicos assim como nas escolas, a língua portuguesa não tem grandes destaques ou ainda, que é uma das línguas menos usual no território nacional da Guiné-Bissau.

É importante destacar que a língua oficial, “é um termo que vem da língua nacional.” Segundo Beremblum (2003, p. 31) nos dias de hoje, falar em identidade nacional, nação, Estado pode até parecer um discurso antigo, ultrapassado, sem a menor relevância. Mas esses conceitos têm grande relevância na sociedade em geral ou podemos dizer no mundo em que estamos a viver, porque a língua oficial é a palavra que surgiu através da língua nacional.

“Até a própria noção da língua nacional, tal como tradicionalmente a concebemos, está sendo modificada à luz do surgimento das chamadas línguas francas de comunicação universal.” (BEREMBLUM, 2003, p. 31), podemos exemplificar no caso da Guiné-Bissau, que tem várias línguas de diferentes grupos étnicos, mas tem como língua franca no seio daquela sociedade a língua guineense é tomada como a língua comum pelo povo da Guiné-Bissau.

Até métodos do século XI, a única instituição que atuava no mundo com maior visibilidade era a igreja, que utilizava o latim como uma única língua para sua prática religiosa. (ANDREA. 2003), com tanta potencialidade que a igreja tinha na altura, dessa já que tinha a única língua para as suas práticas religiosas que é o latim, essa língua tornou-se como uma língua de maior privilégio no mundo.

O prestígio do latim estava dado, então, por seu caráter sagrado. Era tanto a única língua de ensino quanto a única língua ensinada nas universidades medievais, o que permitia o deslocamento de um reduzido número de alunos e professores para qualquer universidade europeia, sem que isso implicasse em dificuldades na comunicação. A característica do latim é diferenciava de todas as outras línguas, era que, além de ser uma língua sagrada, ela era uma língua de bilíngues. Quase ninguém a tinha como a sua língua materna; relativamente poucos aprendiam a falar em latim era uma língua de caráter sagrada e elitista. (BEREMBLUM, 2003, p.35)

De acordo com as palavras da autora supracitada, isso quer nos mostrar quão prestígio que a língua latim tinha na altura, além de ser como a língua que as pessoas utilizavam nas igrejas era também a única língua do ensino, isso faz com que tem poucas pessoas nas escolas e essa língua era elitizado na altura. “Mas a situação do latim como única língua de prestígio começa a mudar a partir do século XVI.” (BEREMBLUM, 2003, p. 35). O que provocou essa mudança foi a reforma religiosa, podemos dizer que o protestantismo contribuiu muito na consolidação de outras línguas vernáculas na Europa mais no centro e na zona norte. Andrea (2003), podemos destacar que essa revolução ou reforma ajudou muito na mudança administrativa de vários estados ou países na altura, a partir desse momento que surgiu a implementação das línguas nacionais, como uma forma de representatividade do próprio povo onde todos e todas vão ter acesso a essa língua.

Na mesma linha de raciocínio, a autora mostrou como a França tornou-se a referência e maioria dos países europeus inspiraram nele para construção do seu próprio estado, porque a França colocou a língua francês como a língua da unificação nacional e política. Andrea (2003), na aquele período na França tem várias línguas em regiões diferentes, mas eles usaram uma política para obter uma única língua. No período compreendido entre os séculos XIV e XVI, a variedade linguística que foi elaborando em Paris, baseada na língua escrita, vai adquirindo legitimidade de língua oficial e substituindo os falares locais, paralelamente relegados à condição de dialetos. (BEREMBLUM, 2003, p. 40). Por isso que a França serve como modelo nesse processo de reforma para maiorias dos países no mundo, principalmente os países europeus.

“O interessante a ser destacado aqui é que a cidadania podia ser conquistada pela adoção da língua unificada, nacional, oficial. Assim, a língua tornou-se um elemento essencial na construção da nacionalidade.” (BEREMBLUM, 2003, p 41), isso mostra que naquele período a língua contribuiu muito para construção da nacionalidade de vários países. A Guiné-Bissau é um país multilíngue, mas assim a língua portuguesa é a língua do ensino no país, apesar de ser uma das línguas com menos percentagem de falantes. “Tido como idioma oficial na Guiné-Bissau, o português é falado por 13% da população, sendo praticamente

desconhecido por uma grande parcela dos guineenses.” (BARBOSA, 2015, p. 89). Podemos, com base nessa estatística, considerar que a língua portuguesa na Guiné-Bissau é uma “língua não materna”, um conceito que, de acordo com Flores (2013) é “[...]abrangente, que inclui diferentes tipos de aquisição, de aprendizagem e de domínio da língua portuguesa.” (FLORES, 2013, p. 1). Isso nos mostra que, quando a língua portuguesa não é uma língua materna, sempre a forma de aprendizado seria diferente, ou seja, cada pessoa vai aprender ou dominar a língua de uma forma particular.

Para os guineenses, mudar de língua é mudar de etnia e de identidade. Por essa razão, a língua guineense serve como mediador das línguas étnicas pois é considerado “língua de ninguém” (BARBOSA, 2015, p. 89). Nessa parte o autor está afirmando que a língua guineense não é a língua de ninguém, mas desde já que você é “Guineense” falante dessa língua, isso significa que essa língua te pertence.

A língua faz parte da cultura de um povo por isso mudando a língua é como mudar da sua cultura ou o que te identifica, você passa a adquirir uma nova cultura, como o guineense é a língua de toda comunidade fica como o ponto chave entre todas as etnias, sempre facilita a comunicação entre ambas as partes. Se vemos bem, falante de uma língua étnica ou chegar à escola, encontrou com a língua portuguesa pela primeira vez ele/a vai deparar também com uma nova cultura e a forma de convivência. Sabemos que o processo de aquisição de nova língua ou cultura às vezes as pessoas levam muito tempo para conseguir enquadrar, e também a língua interfere no desenvolvimento ou atraso do aluno.

“A perpetuação do insucesso escolar constatado na Guiné-Bissau em todos os níveis do ensino, entre outras causas, tem a ver com a língua portuguesa, eleita como única língua exclusiva do ensino.” (MENDES, 2019, p. 168). Muitas das vezes o que causa o maior motivo para o insucesso dos alunos na Guiné-Bissau é por causa da língua portuguesa, não é porque os alunos não estudam os conteúdos dadas pelos professores, mas o maior motivo é porque essa língua é uma língua nova para maiorias dos guineenses.

2.2 PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é um país que tem vários grupos étnicos, cada um desses grupos tem a sua língua, costume e cultura. Além disso, há também a língua guineense que é a nossa língua nacional, a língua mais falada no país, e temos a língua portuguesa, que é a nossa língua oficial e a única língua do nosso ensino. O lugar que as línguas ocupam em uma

determinada sociedade é dado através do planejamento linguístico organizado para essa sociedade.

De acordo com Couto (2010, p. 48), apud Nikolskij (1971) “Planejamento linguístico” é uma parte da política linguística e tem por finalidade o estabelecimento de novas normas e de novas sistemas linguísticas (sobretudo de línguas literárias) (NIKOLSKIJ 1971, p. 232).

Ao falar que uma língua é a língua oficial, estamos apresentando uma evidência de um tipo específico de planejamento linguístico designado pelo próprio Estado de uma forma obrigatória, nas publicações oficiais do país e nas escolas. Trata-se do “Planejamento de status”, o qual, segundo (SEVERO, 2013 apud KLOSS, 1967), refere-se aos usos das línguas que são pautados por leis e ou decretos pelos nossos Estados. A partir do momento que um Estado decretou uma língua em termos legais, essa língua passa a ser considerada como uma língua de determinado *status*: língua oficial, de ensino, de trabalho etc.

No caso da Guiné-Bissau, a única língua oficial do país é a língua portuguesa. Segundo Mendes (2019), que explica com base em Ca (2015), somente a partir do ano 2007 que essa língua passou a ser enquadrada por Decreto-Lei nº 7, de 12 de novembro de 2007. “Este documento obriga a utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas, nomeadamente nas escolas.” (CA, 2015, p. 134, apud, MENDES, 2019, p. 165). Nenhuma das línguas nacionais são apresentadas com estatuto oficial nos documentos da Legislação da Guiné-Bissau. O planejamento de *status* linguístico na Guiné-Bissau, por não contemplar as línguas nacionais, sobretudo o guineense – a língua que é denominada pela maioria da população dentro do país – desvaloriza a cultura e a identidade da maioria dos guineenses.

Para além do “planejamento de *status*” das línguas, há também o “planejamento de *corpus*” o qual, (SEVERO, 2013 apud KLOSS, 1967), significa a codificação, a elaboração de alfabetos, a gramatização, a sistematização do léxico, dos manuais literários, entre outros. Na verdade, no que se refere ao planejamento de *corpus* dentro das línguas étnicas, assim como relativamente à língua nacional na Guiné-Bissau, vamos encontrar poucas coisas para trabalhar, porque as línguas nacionais na Guiné-Bissau têm as suas próprias regras em termos da oralidade, o que facilita cada etnia a usar a sua língua com tanta facilidade e levando em conta a questão de variedade linguístico que se encontra em cada comunidade. Por isso é necessário criar um planejamento linguístico que contemplasse a natureza oral de todas as línguas nacionais, como sabemos que uma língua não precisa ser obrigatoriamente escrita para ser considerada como língua.

2.2.1 O lugar da língua portuguesa na Guiné-Bissau

Como já foi dito, na Guiné-Bissau a língua portuguesa é a nossa língua oficial, e é a única língua do ensino. Mas, mesmo assim, essa língua faz parte das línguas menos faladas no país. Segundo Scatamburlo, (2009), a língua portuguesa é falada por 11% da população na Guiné-Bissau. De acordo com, (SILVA; SAMPA, 2017, p. 01) com base no 3º Recenseamento geral da população e habitação. Bissau: INEC, 2009, a população que sabe falar a língua portuguesa corresponde a 27,1%. Mas, diante de tudo isso, essa língua continua ainda como umas das línguas menos faladas dentro de território nacional.

As aulas são dadas em língua portuguesa e os materiais didáticos também estão escritos em língua portuguesa. De acordo com Mendes (2019), “a perpetuação do insucesso escolar constatada na Guiné-Bissau em todos os níveis do ensino, tem a ver com o fato de a língua portuguesa ter sido eleita como única e exclusiva do ensino.” (MENDES, 2019, p. 168) mostra que o fator linguístico é a peça fundamental no insucesso dos estudantes guineenses. Segundo Mendes:

Também vivenciei a mesma prática em Bissau quando estudava no ensino médio básico, era frequente o professor de a língua portuguesa pedir aos alunos para falarem das suas férias de Natal e Ano Novo. Quando a pergunta era feita em português a turma ficava no silêncio total como se tivesse ninguém na sala de aula. Mas se o professor pedia para responder em guineense “crioulo” a turma se transformava em um ambiente de euforia, onde cada aluno/a participava na discussão era possível ouvir os ricos relatos de novidade de cada aluno/a. (MENDES, 2019, p. 169).

De acordo com a realidade acima citada, podemos perceber que é mais fácil para um aluno na Guiné-Bissau expressar de uma forma mais fácil com toda confiança em língua guineense ou étnica. Barbosa (2015, p.19) reforça essa realidade ao dizer que “O português nunca foi efetivamente implantado no interior da Guiné-Bissau, onde predominam, até hoje, as línguas étnicas e o guineense [...]”. Isso nos mostra as necessidades dessas línguas étnicas guineenses, pois, em muitas zonas do país, a população não se familiarizou ainda tão bem com o português. Entretanto, esta segue sendo a língua do ensino, o que nos convida a aprofundar o debate sobre a forma do ensino em língua portuguesa na Guiné-Bissau.

“O português não se fala, nem se ouve, nem em casa, nem nas ruas, estando restrito o seu uso a uma elite política e intelectual.” (BARBOSA, 2015, p. 92). A maioria das pessoas não fala a língua portuguesa em qualquer que seja o lugar público. É preciso destacar que grande parte da população sofre tanto com essa língua, porque essa língua não é a língua do

seu cotidiano, isso significa que não é a primeira língua para eles, nem a segunda língua, em muitos casos. Por conta disso, na nossa sociedade, quando uma pessoa fala bem o português é vista como um grande intelectual na comunidade e é respeitado, ganhando prestígio com relação à sua opinião, mesmo estando errado, porque essa língua é elitizada no nosso país.

Quando estamos a falar do ensino da língua portuguesa, vamos encontrar os seguintes casos na Guiné-Bissau: Português como Língua de Herança (PLH), Português como segunda Língua (PL2) e Português como Língua Estrangeira (PLE). É muito importante destacar esses conceitos, relacionando com a realidade da Guiné-Bissau, para que possamos refletir sobre o ensino da língua portuguesa no país. Dessa forma será possível entender que, mesmo o ensino guineense tendo um enfoque em uma única língua, essa língua não é a mesma para os indivíduos do país.

O português como a língua de herança, por exemplo, quando uma pessoa nasceu na França, mas os pais são portugueses e essa pessoa, portanto, vai aprender a língua portuguesa como herança cultural familiar. Neste trabalho, essa categoria trata a língua portuguesa como:

Língua adquirida junto da família e da comunidade de origem deslocalizada, num ambiente linguístico maioritário (...). Neste sentido, o português língua de herança (PLH) é uma língua com um grau muito variável de “estranheza”, situando-se de forma muito variável e dinâmica no continuum “conhecido/desconhecido” (...), dependendo das práticas de comunicação e de transmissão familiares. (BASTOS; MELO-PFEIFER, 2017, p. 181).

O português como a língua de herança na Guiné-Bissau, quando é ensinado a língua portuguesa para os filhos dos portugueses que vivem na Guiné-Bissau. quando um filho do português nasce na Guiné-Bissau ele pode aprender essa língua com os seus pais em casa ou na escola, podemos considerar que é a língua da sua família, mas essa língua não é mais falada dentro de território nacional, é muito importante filhos dos portugueses radicado na Guiné-Bissau aprendem a língua portuguesa, porque vai lhe ajudar a manter contato com familiares dos seus pais e aprender sobre cultura dos seus familiares, por isso, essa questão de língua de herança o próprio herdeiro deve mostrar o interesse de aprender, como diz Bastos (2017), “uma herança só passa a ter valor e a constituir “capital” (simbólico ou real) quando é aceite e ativamente usada pelo herdeiro (...)”. por isso, é necessário a vontade dos herdeiros para que a língua de herança passa a ter valor.

Segundo Karen (2006), Uma Segunda Língua é uma não-primeira-língua que é adquirida sob a necessidade de comunicação e dentro de um processo de socialização. Podemos considerar, o português como a segunda língua na Guiné-Bissau, em seguintes

situações: Os filhos dos imigrantes que estão na Guiné-Bissau, que frequentam as escolas, eles aprendem a língua portuguesa na escola como a segunda língua, porque é a língua oficial do país e também podemos considerar no seguinte contexto, que, os próprios filhos da Guiné-Bissau, nunca tiveram contato com essa língua antes de ir à escola podemos considerar que é a segunda língua para eles.

Já o português como a língua estrangeira refere-se quando uma pessoa é jamaicana e quer mudar para o Brasil, com o objetivo de fazer o mestrado, por exemplo. Esta pessoa começou a aprender a língua do Brasil numa escola de línguas em seu país ou depois de chegar ao Brasil. De acordo com Spinassé (2006), apud Ellis (1986),

[...] o processo de aquisição de uma Segunda Língua ocorre quando “the language plays an institutional and social role in the community”¹, enquanto a de uma Língua Estrangeira “in settings where the language plays no major role in the community and is primarily learnt only in the classroom”². Numa segunda língua se possui uma maior competência e uma maior performance, pois o meio ou a situação exige isso do falante – o aprendiz de língua estrangeira dificilmente precisa chegar a esse nível de conhecimento. (SPINASSÉ, 2006, p.6)

Observando o contexto da Guiné-Bissau, a língua portuguesa ocupa um espaço bem restrito na sociedade guineense e seu aprendizado – ainda precário – muitas vezes se limita às salas de aula. Um pouco de relato de experiência de minha vida comprova que a língua portuguesa não é língua materna para a maioria dos cidadãos e cidadãs guineenses. De acordo com essa experiência como cidadão guineense, deparei-me também com essa dificuldade porque a língua portuguesa não é a minha língua materna, sendo a minha segunda língua, porque não sei falar nenhuma das línguas étnicas da Guiné-Bissau.

Confrontei-me com tanta dificuldade no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa, na casa onde eu cresci ninguém fala a língua portuguesa comigo e com decorrer dos anos eu comecei a superar essas dificuldades no ensino fundamental.

Quanto eu estava estudando 10º ano, comecei a cursar o curso de Aperfeiçoamento da Língua Portuguesa no Centro Cultural Português de um projeto chamado AJALV. Cursei até terceiro nível, cada nível você estuda três meses. Esse curso de aperfeiçoamento me ajudou muito na verdade, até hoje agradeço tanto esse projeto AJALV.

¹ “a língua possui um papel social e institucional na comunidade” – Tradução livre do autor

² “em ambientes onde o idioma não desempenha um papel importante na comunidade e é aprendido principalmente na sala de aula” – tradução livre do autor.

Durante o período que eu estava estudando 10º ano, 11º ano e 12º ano eu tinha mais desenvolvimento na disciplina da língua português em relação a classes anteriores. Até hoje está a contribuir no meu desempenho como estudante do curso de Letras.

Quando ouvi sobre o projeto da UNILAB, procurei saber o que era necessário para conseguir a vaga. Quando encontrei as informações sobre a instituição e que tipo de avaliação a que seria submetido para conseguir a vaga, fiz a inscrição e fiquei relaxado, porque eu estava confiante que eu ia fazer uma boa prova. Felizmente consegui a vaga, por isso que sempre agradeço ao projeto AJALV porque me ajudou muito no desenvolvimento da língua portuguesa.

Com toda essa situação, fica claro que o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa nas nossas escolas ainda é precária, a forma que é ministrada faz com que os alunos continuem ainda passando dificuldades.

2.2.2 O lugar do crioulo guineense na Guiné-Bissau

A língua guineense é a nossa língua nacional majoritária. Podemos considerá-la como língua da unidade nacional, quer dizer, é a língua que facilita a comunicação entre o povo guineense. Porém, essa língua não é a nossa língua oficial, nem a língua do ensino, apesar de ter o maior número dos falantes dentro do país, com 44,31% de guineenses que utilizam esta língua diariamente, segundo Scatamburlo (2013). Mesmo assim, a língua guineense, não tem aquele privilégio social de ser a língua do ensino.

O crioulo guineense apesar de tão prestigiado socialmente por ser a língua nacional, veicular, materna e quase falada em todo território nacional por maioria da população, não tem atingido seu prestígio nas esferas formais, visto que, a inserção das crianças guineenses no processo de ensino-aprendizagem escolar é mediada exclusivamente pela língua portuguesa. (PEREIRA, 2020, p. 48).

Importante também destacar a declaração de Couto (2010) que afirma: “Quando se pergunta ao guineense sobre a realidade linguística de seu país, em geral a resposta vem pronta: “Na Guiné-Bissau, temos o ‘crioulo’ guineense, que é a língua nacional... e as línguas nativas, que são faladas pelas diversas etnias.” (COUTO, 2010, p. 107). A língua guineense e as línguas étnicas significam muita coisa para aquela sociedade. Na verdade, podemos destacar que a língua é um dos fatores da construção de uma sociedade, quer dizer, faz parte da cultura de qualquer sociedade. A forma que os cidadãos de Guiné-Bissau se familiarizam com as suas línguas étnicas ou com a língua nacional faz com que muitas das pessoas tenham

esse pensamento que a questão linguística do país se limita somente entre as línguas étnicas e a língua nacional.

Muitas pessoas se sentem mais relaxadas quando estão a falar as línguas étnicas, assim como a língua nacional que é a língua guineense. No caso da minha avó, por exemplo, quando ela fica chateada ou irritada, ela só consegue se expressar em língua balanta, porque é a língua materna dela, mesmo que as pessoas fiquem chateadas com ele por não saberem falar a língua balanta, isso não importa para ela. Muitas das vezes, quando estamos a fazer a oração em casa, ela orava em língua balanta. Na igreja, ela cantava nessa língua também, mas ela sabe falar muito bem a língua guineense. No entanto, no momento que ela está a falar a língua materna dela, você encontra a alegria na cara dela. Na verdade, muitas das vezes eu ficava chateado com ela, porque ela falava em língua balanta comigo e eu não sabia expressar nenhuma palavra nessa língua. Inclusive eu recusava os mandados dela se ela não falasse a língua guineense comigo. Mas hoje em dia entendo o que aquela língua significava para a minha avó, que é uma forma da resistência e a identidade dela.

Sani (1996), nos explica sobre essas questões que,

Em qualquer lugar em que os guineenses se encontrem, preferem falar entre eles o “Crioulo” guineense, mais do que qualquer outra língua, mesmo que pertençam ao mesmo grupo étnico e que saibam falar o Português. Eles sentem-se mais à vontade, assumindo um "ser guineense," uma identidade nacional quando falam o “Crioulo” guineense. (SANI,1996, p.21)

Mesmo assim, na Guiné-Bissau, muitas escolas proíbem o uso dessa língua dentro da sala de aula e no recinto escolar. Na maioria das vezes, quando os alunos usam a língua guineense na sala de aula, estes são punidos de acordo com o regulamento da escola, porque algumas escolas estabelecem regras da punição para os alunos que falam a língua guineense na escola. Esse é um dos motivos que levam os alunos a evitar falar a língua guineense em frente dos professores ou qualquer responsável da escola. Essa postura, assim como a proibição do uso da língua nacional no ambiente escolar, tem silenciado as vozes dos alunos, tornando-os aprendizes passivos. (PEREIRA, 2020, p. 58). Desde que as vozes dos alunos são silenciadas, isso leva ainda o aprendizado a ser mais complicado para os alunos. Essa norma que algumas escolas estabelecem faz com que muitos estudantes não participem nas aulas porque têm receio de falar e cometer erros. Muitas das vezes os alunos voltam para casa com dúvidas. Também essa prática leva muitos alunos a reprovar e faz com que outros percam a vontade de ir à escola, porque não se sentem à vontade com aquele ambiente escolar.

Em algumas escolas na Guiné-Bissau, os professores usam a língua guineense na sala de aula para facilitar em termos de compreensão dos alunos quanto ao conteúdo e isso deixa os alunos mais confortáveis em sala de aula. Com essa dinâmica, muitos alunos se sentem mais à-vontade em debates na sala de aula, ou a fazer questionários. Essa dinâmica de alguns professores funciona melhor em termos de ensino-aprendizagem dos alunos e ajuda muito o professor a conhecer as dificuldades dos seus alunos sobre os conteúdos estudados. Sendo assim, o professor vai saber o que é preciso mudar para atingir a expectativa dos seus alunos. A esse respeito, Mendes (2019) declara o seguinte:

Vivenciei essa experiência quando estudava em Bissau *de não falar em língua “criola” guineense dentro de sala de aula e no recinto escolar*, mas somente em língua portuguesa, isso me causava muitas limitações e inaptidões no âmbito da comunicação com os professores porque a língua portuguesa não faz parte do meu cotidiano. No entanto, dificilmente não falar em língua “criola” guineense acontecia na prática, aliás, até os professores se comunicavam em “criolo” guineense mesmo sendo proibido. (MENDES, 2019. P. 170).

Como vimos, muitos alunos são vítimas dessas regras que as escolas estabelecem ao proibir o uso da língua guineense na sala de aula. Na verdade, eu fui também vítima dessa regra quando eu estava no 6º ano. Em determinado momento, em um descuido, eu falei guineense porque achei que o professor já tinha saído da sala e o nosso professor de português me expulsou da turma com alguns colegas. Depois que nós alunos verificamos que essas situações estavam sendo repetitivas, estabelecemos uma regra na sala em que qualquer pessoa que falasse a língua guineense na turma pagaria uma multa no valor de 100 fcfa. Mesmo com essa regra, eu não escapei e paguei a multa muitas vezes e outros colegas também pagaram. Lembro que, no final do ano letivo, organizamos a festa de encerramento com o dinheiro da multa e estabelecemos também um preço fixo que todos deviam pagar para facilitar com a despesa da festa.

Na verdade, essas regras oficiais e não oficiais, não são relevantes para a nossa sociedade, desde já que a língua guineense é mais falada no território nacional, não podemos proibir os nossos alunos a usar a língua da sua convivência diária, a língua da sua identidade nacional, o que devia ser o trabalho das escolas, é criar um sistema de ensino que inclui essa língua dentro do contexto escolar, para que os alunos sintam incluídos dentro do sistema escolar.

2.2.3 O lugar das demais línguas nacionais

As demais línguas nacionais – fula, balanta, mandinga, manjaco, papel, felupe, biafada, bijagó, entre outras – são línguas que praticamente não estão presentes no nosso sistema de ensino. Na verdade, essas línguas estão muito afastadas do sistema escolar guineense. Uma vez que cada região é dominada por um grupo étnico, a língua desse grupo étnico deveria ser implementada dentro do sistema escolar, para facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos seus estudantes. Não se pode esquecer que essas são as línguas maternas desses estudantes, as línguas com que melhor se identificam.

Muitos desses guineenses têm a sua língua étnica como língua materna. São pessoas que crescem numa sociedade e só aprendem a falar a sua língua materna, que é falada dentro de sua família. Dentro do território da Guiné-Bissau há regiões que as pessoas nem compreendem a língua guineense, somente a sua língua étnica ou materna. Conheço alguns familiares da minha mãe e do meu pai, que não sabem falar a língua guineense, só falam a língua étnica deles. Essas pessoas, ao chegar à escola, encontram uma língua que nunca ouviram e praticamente se assustam, pois não vão entender o que o professor vai lhes explicar, a não ser que esse professor use a sua língua étnica para lhes ajudar.

As línguas nacionais estão presentes nas cerimônias religiosas, nas manifestações culturais, na televisão assim como também nas rádios. Nas cerimônias religiosas, de acordo com o que eu vivenciei na igreja da minha comunidade, o culto sempre é administrado em língua guineense. Mesmo tendo convidado/a de outra nacionalidade que tem a seu idioma para dar a pregação na nossa igreja, sempre a igreja procura uma pessoa que sabe falar o idioma do convidado/a para fazer a tradução para que as pessoas possam entender. De acordo com a minha experiência, sempre quando fomos ao acampamento para evangelização em qualquer região da Guiné-Bissau, no momento da divisão da caravana para sair a evangelização cada grupo tem que ter uma pessoa que saiba falar a língua étnica que se encontra naquela região. Assim, quando encontramos com pessoas que não sabiam falar a língua guineense, conseguimos passar a mensagem para ele através do nosso colega que sabia falar essa língua.

Nas manifestações culturais sempre é verificado as línguas nacionais, uma vez que, como sabemos, a cultura sempre está junto com a língua. Na Guiné-Bissau, quando chega o mês de fevereiro, que é o período de carnaval, uma festa da cultura que é mais comemorado dentro do país, o Governo juntamente com a Secretaria da Cultura costuma organizar o Desfile Nacional, no qual participam diferentes grupos de sector autónomo de Bissau e

diferentes regiões. Essa prática cultural, assim como a sua publicidade que passa nas rádios e televisão, é feita em línguas nacionais, e a narração do próprio dia do desfile é feita em língua guineense.

Nas rádios e televisão da Guiné-Bissau, na maioria dos programas que passam as línguas que são usadas para passar as notícias, publicidades e propagandas são as línguas nacionais. Não significa que não são verificadas as línguas estrangeiras ou a nossa língua oficial, mas estas são pouco vistas. Até os nossos políticos usam mais as línguas nacionais nas entrevistas. Nesse contexto, podemos perceber que as línguas nacionais da Guiné-Bissau ocupam um lugar muito fundamental no cotidiano da população do país.

Cada grupo étnico precisa de uma estruturação da sua língua no que se refere à escrita, quer dizer, estabelecer uma “norma culta”. Sendo assim, seria mais fácil, em termos da gramatização de cada língua, e sistematização do léxico e em ter a possibilidade de obter vários manuais literários.

3 CAPÍTULO II: A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

Para falar dessa organização do ensino, podemos partir dos seguintes pontos: como é *a formação do professor de língua portuguesa* está estruturado e pensar sobre a participação do governo nessa área, analisar *como é o ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau*, como essa língua é lecionado nas escolas da Guiné-Bissau, por último pensar sobre que tipo dos *materiais didáticos* são usados nessas aulas, se esses materiais didáticos são adequados para o ensino dessa língua no próprio país. Ainda quanto à organização do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, vale a pena ressaltar que a maioria desse povo tem essa língua como L2, mas essa língua é a única língua do ensino no país.

3.1 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Como sabemos, quando estamos a falar da formação dos professores da língua portuguesa, um dos principais fatores, que é visto por parte dos alunos, é o baixo nível de competência linguística. Antes de fazermos uma abordagem sobre a formação do professor de língua portuguesa, precisamos fazer uma síntese sobre a formação dos professores na Guiné-Bissau, podemos dizer que existe fracasso por parte da política educacional, quer dizer não existe uma legislação focalizada na formação de professores na Guiné-Bissau.

Segundo estudo de Banco Mundial, voltada a Política Docente na Guiné-Bissau:

Ausência de legislação sistemática sobre formação de professores. Não há atualmente na GB uma regulação política sistemática da formação de professores, quer em termos de definição legal, quer em termos de acompanhamento do que acontece no terreno. (CAMPOS; FURTADO. 2009, p. 71).

Dá para perceber que a Guiné-Bissau ainda tem grande problema no que toca à formação dos professores, isso mostra a fragilidade do próprio estado na área da educação em modo geral.

Para falar sobre a formação do professor de língua portuguesa na Guiné-Bissau, primeiramente vamos focalizar em números de escolas de formação do professor de língua portuguesa que temos no país, vamos perceber que não temos muitas escolas de formação do professor nessa área, dentro do país inteiro só tem duas instituições que forma os professores de língua portuguesa, são as seguintes escolas: Tchico Té e Instituto de Camões, essa duas

escolas ficam situada no capital Bissau. “A gestão científica e pedagógica da licenciatura é feita conjuntamente pelo Instituto Camões (IC) e pela ENSTT, através sobretudo do Departamento de Língua Portuguesa.” (BALDÉ. 2013, pág. 39).

Esses centros de formação dos professores da língua portuguesa, a diferença que existe entre eles, é que o Tchico Té se formar estudantes com título de Bacharelado em língua portuguesa, enquanto o Instituto de Camões com forma estudante grau de licenciatura, como o Tchico Té é a escola de formação mais antiga isso faz com que a Guiné-Bissau tem mais números dos professores de língua portuguesa com grau de Bacharelado nas escolas públicas de país.

Duração do curso de Bacharelato da ENSTT é de quatro anos, é a primeira qualificação para atuação no ensino secundário (7^a. 8^a e 9^a classe), e os de grau de licenciatura da Instituto de Camões, são qualificados para lecionar no ensino complementar (10^a, 11^a e 12^a classe), mas também os que têm diplomados do bacharelato lecionam no ensino complementar, por falta dos professores nos próprios liceus. Baldé (2013).

A ENSTT é uma instituição pública, criada em 28 de Novembro de 1979, sob a designação de Destacamento de Vanguarda “Tchico Té”. Nessa altura, a habilitação de entrada exigida era a 9^a classe (9^o ano em Portugal), e o curso tinha a duração de 4 anos. Em 1985, passou a designar-se ENSTT, tendo esta mudança correspondido a uma alteração do perfil de entrada (11^a classe), da duração do curso, do diploma atribuído e do nível de ensino de que passou a fazer parte, o ensino superior, ficando a depender, em consequência, da Direção Geral do Ensino Superior. (BALDÉ. 2013, pág. 40).

Vale a pena ressaltar que após a independência da Guiné-Bissau, a formação dos professores é uma das principais preocupação do país, como ressaltou o Ocuni Cá e a Cristina Cá (2013), “uma vez que, entre 1.900 docentes que atuavam nas instituições primárias, apenas 102 eram diplomados; e, no ensino secundário, equivalente ao ensino fundamental aqui no Brasil”.

Conforme citado acima, podemos perceber que nessa altura a Guiné-Bissau não tinha muitos professores com a formação acadêmica, mas o país estava precisando dos quadros por isso que focalizou na formação dos professores, para poder aumentar os números dos quadros. “A formação deve ser compreendida como um processo que articula um percurso pessoal e uma trajetória profissional, o que torna o docente mais apto para conduzir o ensino, neste caso, de LP, (BALDÉ, 2013, pág. 35),” quando estamos a falar da formação, precisamos entender que é um processo para sermos os profissionais, no caso da educação aprendemos durante a nossa formação para colocarmos em prática depois da nossa formação, também

antes disso passamos por um processo de aula do campo, que é o estágio, que é um marco do nosso primeiro encontro com os alunos na sala de aula.

O Baldé falou sobre a formação de professores de Língua Portuguesa, sobre a disciplinas do currículo desse curso:

Língua Portuguesa, Linguística, História da Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Cultura Lusófona, Literatura Brasileira, Psicolinguística, Literatura Africana e Literatura Guineense. Deste modo, há algumas disciplinas consideradas nucleares, à volta das quais se desenvolve todo o curso. São elas: a Língua Portuguesa, a Literatura Portuguesa, a Linguística e a Didática do Português Língua Segunda. Essas disciplinas são pilares da estrutura do curso. (BALDÉ, 2013, p. 38).

Esses são uma das matérias fundamentais no que toca à formação dos professores da língua portuguesa na Guiné-Bissau, também o autor mostrou que entre esses componentes existem os fundamentais de acordo com acima citado, mas a Literatura Africana e Literatura Guineense não estão na lista dos componentes fundamentais do curso, mas a Literatura Portuguesa está nessa lista dos componentes obrigatórios, ou seja, principais.

Na verdade, quando estamos falando da formação dos professores da língua portuguesa na Guiné-Bissau, os componentes que falam sobre a literatura guineense, ou seja, contexto guineense, esse componente de ser obrigatório, para que os estudantes possam conhecer ainda mais sobre a situação sociocultural do seu país.

Infelizmente, de acordo com os componentes que são obrigatórios, na formação dos professores da língua portuguesa, dá para perceber que essa formação focaliza ainda mais na cultura portuguesa, dá para lamentar, não é que, não podemos estudar sobre a literatura portuguesa, mas o foco de ser a literatura guineense, o ensino da língua portuguesa deve ser o ensino da língua não materna.

3.2 COMO É O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

Como é do nosso conhecimento que a Guiné-Bissau é um país multilíngue, muitas pessoas sabem falar mais de que duas línguas, por isso através do contexto sociolinguístico de país, o ensino da língua portuguesa fica um pouco difícil, porque não é pensada uma política linguística de ensino da língua portuguesa voltada à realidade do país.

Segundo Encanha (2018), o ensino da língua portuguesa é obrigatório na Guiné-Bissau em todas as instituições escolares do país, contudo, os estudantes guineenses, na sua

maioria, têm os primeiros contatos com essa língua somente na escola. Por isso que o foco de ensino dessa língua deve centralizar-se no contexto de ensino da segunda língua, ou seja, L2.

“A evidência de falta de uma política linguística para o ensino do português, ou seja, a falta de planejamento do ensino da Língua Portuguesa a partir da perspectiva do ensino de L2, enfraquece cada vez mais o processo do ensino-aprendizagem.” (YURNA; SOUZA, 2018, p. 09), a política que é usada no processo escola de ensino do português como a língua segunda, essa política ou método está a contribuir muito para o enfraquecimento do ensino-aprendizagem, é muito relevante focalizarmos numa política linguística que vai focalizar na nossa convivência social que vai ajudar também no desenvolvimento da educação do próprio país.

Também podemos perceber que, na Guiné-Bissau não é somente as pessoas que têm formação acadêmica que lecionam no ensino médio e secundário, muitas pessoas só têm concluído o ensino secundário, e começaram atuar como os professores da língua portuguesa na Guiné-Bissau, essas pessoas são verificados nas escolas públicas do país. Como mostrou o Campos e o Furtado, numa pesquisa do Banco Mundial da Política Docente da Guiné-Bissau:

Para ensino secundário complementar. Excepção feita à Licenciatura de Língua Portuguesa, não existe formação específica para a docência no ensino secundário complementar. Os professores deste nível de ensino são os que adquiriram qualificação profissional para o ensino secundário geral, na ENS TT, ou não possuem qualificação profissional; a qualificação acadêmica destes últimos varia: pode ser uma licenciatura, na Guiné-Bissau ou no estrangeiro, a frequência do ensino superior ou apenas o diploma de fim do secundário. (CAMPOS; FURTADO, 2009. p. 103).

De acordo com essa declaração acima citada, vamos perceber que não só os licenciados e bacharelados que atuam no ensino médio e secundário como docentes, mas têm pessoas com diplomas do ensino secundário que estão a atuar como docentes, não têm preparação didática para lecionar. A língua portuguesa é ensinada na Guiné-Bissau como a língua materna de toda a sociedade, não como a segunda língua, isso faz com que muitas crianças passam muitas dificuldades para poder se enquadrar no processo de ensino e aprendizagem.

“A fraca competência linguística dos alunos aparece como um dos fatores mais importantes ou mais referidos quando se fala das causas do baixo nível do ensino. (BALDÉ, 2013, P. 38).” porque quando o aluno não tem a competência de compreender a língua, ele não vai ter como fazer a interpretação de tudo o que ele está a ler, por isso é muito importante termos a competência linguística.

Segundo Baldé (2013) como o português é a nossa língua do ensino, existe a necessidade de os alunos adquirirem, ou seja, desenvolver a sua capacidade de comunicar a língua portuguesa. Essa questão não só deve limitar para os alunos assim também para os professores, ambas as partes devem desenvolver a sua capacidade comunicativa da língua portuguesa assim para poder facilitar o processo de ensino-aprendizagem entre as partes.

Como sabemos que, um professor antes de assumir a carreira docente, deve passar primeiramente por uma formação acadêmica, para poder exercer a carreira docente, ou seja, para se tornar um profissional da educação, porque os professores devem ser capacitados para entrar numa sala de aula, através disso que os docentes vão entender que, lecionar não se limita somente em seguir o que está escrito no material didático, mas o processo de ensino-aprendizagem vai além disso, porque ajuda até na construção da nossa identidade. E o Balde (2013), fez uma abordagem sobre a importância da língua na construção de uma sociedade:

Tendo em conta que a língua assume um papel importante na construção da própria identidade e que o relacionamento humano pressupõe a interpretação de comportamentos, ensinar uma língua, não é apenas ensinar os seus conteúdos lexicais e gramaticais, é ensinar também a comunicar adequadamente, tendo em consideração a situação de comunicação e características pessoais; a ser receptivo à descoberta do outro, evitando preconceitos e ideias preconcebidas; a relacionar-se com a diferença de forma empenhada e positiva. (BALDE, 2013. P, 39).

Podemos considerar que a língua portuguesa é ensinada na Guiné-Bissau como a língua materna, não como a segunda língua, mas é bom ressaltar que o ensino dessa língua para ter um destaque extraordinário é necessário fugir um pouco do ensino tradicional dessa língua, quer dizer não deve basear somente no ensino de gramática, mas focalizar no contexto sociocultural do país, porque sabemos que o ensino tradicional da língua portuguesa na Guiné-Bissau é focalizado na memorização das normas gramaticais.

Segundo Balde (2013) o ensino tradicional da gramática tem apoiado demasiadamente nas práticas de ensino da LP nas escolas guineenses, desconsiderando a realidade linguístico-social dos alunos. Como é do nosso conhecimento o processo de ensino-aprendizagem não pode distanciar da nossa realidade social, porque a ciência em si se baseia nos fatos sociais.

Encanha afirmou que:

Qualquer que seja a metodologia do ensino de uma língua estrangeira, é preciso considerar os aprendizes dessa língua como pessoas únicas e completas, indivíduos que têm a necessidade intelectual e que se envolvem em um contexto sociocultural (que é aprender uma nova língua). (ENCANHA, 2018, p. 10).

Nesse caso, a metodologia de ensino da língua portuguesa deve se envolver os contextos sociocultural da Guiné-Bissau, porque esse povo teve o seu primeiro contato com essa língua no processo da colonização, por isso que, o ensino dessa língua no contexto escolar da Guiné-Bissau, deve ser ministrada como ensino da língua não materna, ou seja, segunda língua (L2).

3.3 OS MATERIAIS DIDÁTICOS

Primeiramente, podemos dizer que o material didático, serve como um guia dos professores, que facilita os nossos alunos a perceber muito bem os nossos conteúdos, programado para o ensino-aprendizagem, desde já que o ensino-aprendizagem tem como finalidade de fazer os alunos adquirir novos saberes.

“Os materiais didáticos devem ser observados e adequados com a realidade dos estudantes, para que possam proporcionar um conteúdo interativo, capaz de desenvolver, nos alunos, a aquisição de linguagens de maneira produtiva.” (YURNA; SOUZA. 2018, p. 07). Portanto, os materiais didáticos sempre devem ser de acordo com as necessidades da turma, mas no caso da Guiné-Bissau, não é verificado dessa forma, sempre às escolas, ou seja, os próprios professores, acabam ficando preso no que está constatado no material didático, mesmo não sendo as necessidades dos alunos. E como afirmou o Tezza (2002):

Entre adotar manuais genéricos, dos quais frequentemente apenas parte se aproveita ou que muitas vezes acabam por desvirtuar o programa em função da obediência ao que já está pronto para consumo, e preparar o próprio material na medida certa das necessidades do programa e das carências das turmas, não há nenhuma dúvida de que o desejável é a segunda opção. (TEZZA, 2002, p. 2).

Na verdade, é que os materiais didáticos devem sempre estar ligados com as necessidades da turma, porque não podemos ensinar os alunos os conteúdos de uma outra classe, ou seja, série que ele ainda não chegou, por isso nem sempre os professores devem obedecer ao que está no material didático.

“Devido à falta de materiais didáticos no país, na maioria das vezes, os professores de língua portuguesa recorrem a outros meios; geralmente, buscam materiais de apoio feitos para o ensino do português como língua materna, por exemplo, no Brasil ou em Portugal.” (ENCANHA, 2018, p. 06). Esses materiais que são feitos para uma outra realidade, acabam sendo utilizados nas nossas escolas, ao ensinar esses conteúdos os alunos acabam, a

reproduzir a realidade de um outro país, ou seja, produzir somente o que está escrito no tal material didático, sendo assim o processo de ensino-aprendizagem torna mais complexo.

“O problema mais grave dos livros didáticos tem sido a ausência de qualquer discussão mais profunda sobre o conceito de norma padrão...” (TEZZA, 2002, p. 02). É necessário uma discussão muito profunda no que toca à questão de norma padrão, porque o ensino da língua portuguesa não pode ficar limitado somente nesse ensino, tipo reproduzindo a mesma coisa de muitos anos, mas, é preciso olhar o ensino dessa língua como uma forma de inclusão social.

“Infelizmente, a prática de ensino de língua portuguesa em nossas escolas, porém, continua a mesma. O professor, sem tempo para planejar suas aulas, utiliza-se do livro didático que se transforma em uma espécie de guia de conduta para o professor.” (CARLOS; CARLOS. 1999, p. 89). Também, esse fator de não planejamento das aulas por parte de alguns professores causam uma reprodução automática de o que está nos materiais didáticos.

Como é do nosso conhecimento os materiais didáticos, o ensino da língua portuguesa sempre focaliza no que é certo, ou errado, foi criado um ciclo da burocracia, que precisamos desconstruir, e focalizar no contexto social, sempre que os métodos do ensino, ou os materiais didáticos, devem focalizar no público-alvo, local e realidade desse povo. pode ser criado um Base Nacional do Currículo, a partir de esse base, as escolas podem criar os seus currículos, e também através deste currículo, os professores podem criar os seus materiais didáticos, sendo assim ficaria melhor para facilitar a vida dos alunos.

Como sabemos que, “[...] As matérias de ensino são administradas nesta língua que é estranha para as crianças guineenses como se fosse a língua materna delas, o que constitui um obstáculo que dificulta a adaptação e a integração plena das crianças na escola [...]” (BALDÉ, 2013, p.26). A língua em si não facilita as crianças, e depois temos o material didático, voltada a uma outra realidade, acabamos por ter umas sérias dos problemas no processo do ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

“A Guiné Bissau por ser um país multilíngue torna transparente a necessidade cada vez maior de traçar uma política linguística nacional.” (BALDÉ, 2013, p. 27). Porque, desde já que é um país de bilinguismo, precisamos pensar numa política educacional pensando nos nossos alunos, quer dizer, trazer o contexto sociocultural dos alunos para o contexto escolar, é muito importante focalizar na política linguística nacional, que vai preservar as línguas não oficiais.

Em seguida, no nosso último capítulo, fizemos uma abordagem geral, como realizamos o nosso trabalho, que tipo de metodologia utilizamos para realização dessa pesquisa, e como conseguimos entrar em contato com os professores colaboradores.

4 CAPÍTULO III: PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

Neste capítulo, abordaremos sobre a pesquisa, o tipo de metodologia que utilizamos para fazer o nosso trabalho e falamos sobre os questionários que direcionamos para os nossos entrevistados. Nesta parte, explicaremos os motivos desses questionários e o que queremos entender com as respostas coletadas. Em seguida, apresentaremos sobre os nossos sujeitos de pesquisa, expondo o perfil desses professores e professoras. Por último, após a apresentação das respostas dadas pelos entrevistados, trazemos nossos comentários analíticos pautados nas considerações teóricas expostas nos capítulos anteriores.

4.1 A PESQUISA

Podemos considerar que pesquisar é um processo sistemático, que segue questões metodológicas dos trabalhos científicos bem planejados, para construção do conhecimento, através das referências bibliográficas e entre outros. Para Gil (2008, p.26), a pesquisa pode ser definida como um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico [...]”. Como disse o autor acima citado, podemos considerar a pesquisa como um desenvolvimento científico.

Falando do procedimento técnico utilizado, esse trabalho se baseia na pesquisa bibliográfica concebida a partir de materiais já publicados, com uma abordagem qualitativa na análise feita. A pesquisa bibliográfica “[...]é desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. (GIL, 2008, p.50). Também usamos um questionário estruturado para obter os dados e, por último, fizemos análises das perguntas que recebemos por parte dos nossos entrevistados sobre o ensino da língua portuguesa e a formação dos professores de língua portuguesa na Guiné-Bissau.

O questionário, segundo Gil (2008, p.121), “é a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre os conhecimentos, valores e sentimentos”. Também, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201), o questionário é “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador”. Os questionários que direcionamos para os nossos entrevistados são compostos por questões abertas, nas quais eles têm o direito de responder todas as perguntas livremente, dando as suas opiniões e pontos de vista sobre os assuntos tratados.

Os nossos questionários foram enviados através de e-mail, e recebemos todas as respostas através do aplicativo de mensagens WhatsApp, destacamos que as redes sociais são um dos mecanismos que utilizamos para ter contato com os nossos entrevistados. Também fizemos as análises das respostas dos nossos entrevistados, destacando aquilo que achamos relevante aos objetivos da pesquisa, tentando fazer uma avaliação entre a preocupação do nosso trabalho e as respostas recebidas dos professores de língua portuguesa na Guiné-Bissau sobre o ensino dessa língua no território nacional.

4.2 O QUESTIONÁRIO

Como o nosso trabalho se refere aos desafios e consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau, achamos oportuno fazer um estudo, através de questionários direcionadas a professores e professoras guineenses que trabalhassem com o ensino desta língua, para que pudéssemos entender melhor sobre esse processo. Foram feitas as seguintes perguntas:

1. O Sr. / a Sr^a possui formação universitária em Língua Portuguesa?
2. Quantos anos dura essa formação?
3. Quais as disciplinas que se estuda no curso?
4. Como você avalia a formação universitária que teve?
5. Quanto ao ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau, como você avalia esse ensino?
6. Que tipos de materiais didáticos são usados para ensinar a língua portuguesa?
7. Quais os principais desafios enfrentados no ensino da língua portuguesa na Guiné Bissau?

Com a nossa primeira pergunta, pretendemos saber se cada um dos nossos entrevistados possui formação universitária em língua portuguesa. Escolhemos essa pergunta porque, na Guiné-Bissau, há pessoas que estão a lecionar em algumas escolas, mas que não têm a formação universitária, somente concluíram o ensino médio.

Na segunda pergunta, a nossa preocupação é saber quantos anos durou a formação inicial desses professores da língua portuguesa na Guiné-Bissau, para que pudéssemos saber quantos anos frequentaram a universidade para terminar a sua formação e obter o título de professor formado em língua portuguesa.

O motivo da terceira pergunta, que aborda sobre as disciplinas que se estuda no curso da língua portuguesa na Guiné-Bissau, é entender como está o planejamento das disciplinas, ou seja, dos componentes curriculares para o ensino da língua portuguesa no país, percebendo como o curso de formação de professores é estruturado desde o início até o final. Pensamos que, assim, conseguiríamos fazer uma avaliação desses componentes, verificando se são adequados para o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau. As respostas dadas a essa pergunta podem nos ajudar a construir um novo olhar sobre o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau.

Na nossa quarta pergunta, procuramos ouvir os nossos entrevistados a falar da sua própria formação, ou seja, fazer uma avaliação sobre a formação universitária que tiveram em língua portuguesa. Consideramos essa pergunta muito importante pois com ela vamos entender se a formação acadêmica realizada atingiu as expectativas dos docentes, percebendo se eles encontraram tudo o que desejavam durante sua formação.

Na quinta questão, tínhamos o objetivo de saber como os nossos entrevistados avaliam o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, uma vez que são formados nessa área e também atuam como profissionais do ensino da língua portuguesa. Por isso, é importante ouvi-los a falar desse processo, para facilitar os entendimentos procurados em nosso trabalho sobre o ensino da língua portuguesa no país.

Logo, na sexta pergunta, a nossa preocupação foi entender que tipos de materiais didáticos são usados para o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau. Fizemos essa pergunta porque para saber se há materiais adequados ao ensino de língua portuguesa no país, bem como perceber o que os docentes pensam sobre tais materiais.

Por fim, mas não menos importante, a nossa última questão aborda sobre os principais desafios enfrentados no ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau. Essa pergunta nos permite avaliar se os desafios relatados pelos docentes são causados, em alguma medida, pela organização do ensino de língua portuguesa adotada pelo governo guineense, percebendo os fatos externos que contribuem para o problema discutido nesta pesquisa.

4.3 OS SUJEITOS DE PESQUISA

As pessoas que responderam às nossas perguntas são sete docentes que têm as suas formações acadêmicas em língua portuguesa, que atuam como professores de língua portuguesa. Todos são funcionários públicos da Guiné-Bissau e, atualmente, três deles estão

em Portugal fazendo mestrado e os demais estão na Guiné-Bissau. Nossa amostra é composta por cinco professores e duas professoras, com faixa etária de 30 e 40 anos de idade.

Na verdade, entramos em contato com quinze professores, mas tivemos a resposta somente de sete. Durante esse processo de pesquisa ainda no período pandêmico, passamos dificuldades para entrar em contato com esses professores e também para obter as respostas. Foi um processo que durou um ano para que possamos conseguir as respostas desses sete professores. Nem sempre conseguimos ter contato diretamente com os docentes e recorremos à ajuda de uma pessoa que está vinculada a esses professores em decorrência de seus estudos no mestrado em Portugal, além de ser, também, professor da língua portuguesa na Guiné-Bissau. Esse sujeito serviu como ponto de ligação com a maior parte dos demais professores. Nós enviamos as perguntas para ele e depois ele encaminhou para os seus colegas professores. Depois os professores mandaram as respostas de volta, que nos devolveu.

4.4 AS RESPOSTAS E AS A ANÁLISES

Falando das nossas sequências analíticas, trazemos todas as respostas dos nossos entrevistados, onde analisamos as suas respostas de modo geral, desde a primeira pergunta até a última pergunta, porque achamos por bem que é necessário essa análise, para que possamos ter uma conclusão sobre a nossa pesquisa. Nessa seção, os professores serão nomeados, a fim de manter a identidade deles, por letras do alfabeto, de A a G.

PERGUNTA 1
O Sr. / a Sr^a possui formação universitária em Língua Portuguesa?
A - Sim.
B - Sou licenciado em Língua Portuguesa e de momento estou a cursar o Mestrado em Português Língua Não Materna-LE/L2.
C - Sim, possui a licenciatura/graduação em Língua portuguesa.
D - Sim, possui duas formações universitárias na Guiné-Bissau, Bacharel e Licenciatura em Língua Portuguesa.
E - Sim, possuo a formação universitária em língua portuguesa.
F - Sim, uma formação universitária em Língua Portuguesa, a licenciatura.
G - Sim, sou licenciado em Língua Portuguesa.

Comentários analíticos:

Os nossos entrevistados possuem formações universitárias em língua portuguesa. Alguns, primeiramente, fizeram bacharelado depois a licenciatura e outros já estão no mestrado. Como tínhamos dito no capítulo anterior, os que estudarem na Escola Superior Tchico Té obtêm o grau de bacharel e os que estudam no Instituto Camões obtêm o grau de licenciado. Por isso que todos os professores de língua portuguesa com grau de licenciatura que se formaram na Guiné-Bissau estudam nessas duas escolas.

As perguntas do nosso trabalho foram direcionadas para os professores com formação acadêmica para que possamos entender melhor sobre o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa e a formação dos professores na Guiné-Bissau. Percebemos que as pessoas que passaram por esses centros de formação dos professores citados anteriormente sabem melhor como funciona o ensino-aprendizagem da língua portuguesa pelo que eles enfrentaram durante os seus percursos acadêmicos.

PERGUNTA 2
Quantos anos dura essa formação?
A - Cinco (05) anos, incluindo o ano propedêutico.
B - A duração do curso de Licenciatura em Língua Portuguesa é de 4 anos, na Guiné-Bissau.
C -Essa formação dura quatro (4) anos sem contar com o ano propedêutico.
D - Tive uma formação do Bacharelado que durou 4 anos e tive uma licenciatura que também durou 4 anos.
E - Bacharel (o ano propedêutico + 4 anos); Licenciatura (4 anos). Nota. Atualmente (2021/2022) estou no 1º ano do Mestrado em PLNM, PL2/PLE.
F - Normalmente, na Guiné-Bissau a licenciatura em Língua Portuguesa tem a duração de 5 (cinco) anos (refiro-me ao tempo em que estive a estudar), isto é, 4 (quatro) anos (do 1º ao 4º ano) incluindo o ano propedêutico. Todavia, fiz apenas quatro, visto que já possuía bacharelado em Língua Portuguesa.
G - A formação durou quatro (4) anos.

Comentários analíticos:

De acordo com os nossos entrevistados, na formação dos professores na Guiné-Bissau na Escola Tchico Té, primeiramente, você tem que frequentar o ano propedêutico e,

depois disso, você estuda mais quatro anos, o que, praticamente, consiste em um curso de cinco anos de duração. O ano propedêutico é um período preparatório que traz base para os anos seguintes da formação. Já a licenciatura no Instituto Camões é de quatro anos para as pessoas que têm o bacharelado, isso porque já têm a formação acadêmica anterior e não precisam frequentar o ano propedêutico. Os que não têm bacharelado passam primeiro no ano propedêutico e, depois, estudam mais quatro anos. Isso significa que as pessoas que fizeram bacharelado e depois a licenciatura passam por nove anos de formação para atuarem como professores de língua portuguesa.

PERGUNTA 3
Quais as disciplinas que se estuda no curso?
<p>A - Eis a disposição das disciplinas, de acordo com cada ano letivo:</p> <p style="text-align: center;">Ano propedêutico</p> <p>Língua Portuguesa; Língua Inglesa; Cidadania.</p> <p style="text-align: center;">1º Ano</p> <p>Língua Portuguesa I; Introdução aos Estudos Literários; Introdução aos Estudos Linguísticos; Literatura e Cultura Guineenses; Literaturas e Culturas Africanas de Língua Portuguesa I; Métodos e Técnicas de Comunicação e Investigação Científica; Informática I; Latim I.</p> <p style="text-align: center;">2º Ano</p> <p>Língua Portuguesa II; Literatura e Cultura Portuguesas; Literatura e Cultura Brasileiras; Literaturas e Culturas Africanas de Língua Portuguesa II; Linguística I: Fonética e Fonologia; Lexicologia/Lexicografia; Informática II; Latim II.</p> <p style="text-align: center;">3º Ano</p> <p>Língua Portuguesa III; Teoria da Literatura; Linguística II: Sintaxe e Semântica; História da Língua Portuguesa; Crioulística; Didáctica da Língua Portuguesa I; Psicolinguística</p> <p style="text-align: center;">4º Ano</p> <p>Técnicas de Composição; Literatura Universal; Didáctica da Língua Portuguesa II</p>
<p>B - Durante o curso, foram várias cadeiras estudadas, entre as quais: a Língua Portuguesa-1, 2 e 3; Literaturas e Culturas Guineenses, Literatura Africana,</p>

<p>Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa e L. Universal; Linguística Portuguesa, Sintaxe e Semântica, Fonética e Fonologia, Didática do Português, Desenvolvimento Curricular...</p>
<p>C - Ano propedêutico. Língua Portuguesa; Latim; Cidadania; Inglês</p> <p>1º Língua Portuguesa I; Introdução aos Estudos Linguísticos; Introdução aos Estudos Literários; Culturas e Línguas Guineenses; Informática; Literatura e Cultura Africana; Língua Portuguesa I; Latim; Língua Inglesa; Metodologia e Técnicas de Comunicação e Investigação.</p> <p>2º Literatura e Cultura Brasileira; Literatura e Cultura Portuguesa; Língua Portuguesa II; Literatura e Cultura Africana Língua Portuguesa II; Lexicologia e Lexicografia;</p> <p>Fonética/Fonologia.</p> <p>3º Língua Portuguesa III; Didática do Ensino da Língua Portuguesa; História da Língua Portuguesa; Psicolinguística; Organização e Desenvolvimento Curricular; Teoria da Literatura; Crioulística.</p> <p>4º Literatura Universal; Técnicas de Composição; Didática e Prática Pedagógica.</p>
<p>D - No bacharelato, tive disciplinas nomeadamente Introdução aos Estudos linguísticos, Língua Portuguesa, Introdução aos Estudos Literários, Inglês, Filosofia, Sociologia, Sintaxe e Semântica do Português, Metodologia do Ensino do Português, Literatura portuguesa, Fonética e Fonologia do Português, Literatura Africana em Língua Portuguesa, Linguística do Português, Morfologia do Português, Francês, Administração Escolar, Pedagogia e Prática Pedagógica do português e Cidadania.</p> <p>Em relação à licenciatura, temos as disciplinas, Língua Portuguesa, Introdução aos Estudos Linguísticos, Cultura e Língua Guineense, Introdução aos Estudos Literários, Literatura, Cultura Africana em Língua Portuguesa, Introdução a Informática, Inglês, Metodologia e Técnicas de Comunicação e Investigação, Literatura e Cultura Portuguesa, Informática, Literatura e Cultura Brasileira, Lexicologia e Lexicografia, História da Língua Portuguesa, Psicolinguística, Didática, Crioulística, Organização e desenvolvimento Curricular, Teoria da</p>

<p>Literatura, Prática Pedagógica, Literatura Universal, Técnicas de Composição.</p>
<p>E - Tecnologias Aplicadas às Línguas; Fundamentos de Ensino do Português Língua Não Materna; Gramática e Comunicação; Didática do PLNM – PLE/PLE2; Temas de Culturas dos Países de Língua Portuguesa; Bilinguismo e Aquisição L2; Metodologias de Investigação; Temas de Literatura dos Países de Língua Portuguesa.</p> <p>Eis as disciplinas que estudei durante a licenciatura: Língua Portuguesa; Linguística; Culturas e Línguas Guineenses; Introdução aos Estudos Literários; Introdução à Informática; Literatura Cultura Africana Língua Portuguesa; Latim Elementar; Língua Estrangeira (Inglês); Metodologia e Técnicas de Comunicação e Investigação;</p> <p>Literatura e Cultura Brasileira; Literatura e Cultura Portuguesa; Lexicologia e Lexicografia; Didática; História da Língua; Psicolinguística; Organização e Desenvolvimento Curricular; Teoria da Literatura; Crioulística; Literatura Universal; Técnicas de Composição; Prática Pedagógica.</p>
<p>F - As disciplinas curriculares que estudei são:</p> <p>1º ano:</p> <p>Língua Portuguesa I; Introdução aos Estudos Linguísticos Literaturas; Culturas e Línguas Guineenses; Introdução aos Estudos Literários; Introdução à Informática; Literatura e Cultura Africana em Língua Portuguesa I; Latim; Metodologias e Técnicas de Comunicação e Investigação.</p> <p>2º ano:</p> <p>Literatura e Cultura Brasileira; Literatura e Cultura Portuguesa; Língua Portuguesa II</p> <p>Fonética e Fonologia Portuguesa; Literatura e Cultura Africana em Língua Portuguesa I; Lexicologia e Lexicografia; Informática.</p> <p>3º ano:</p> <p>Língua Portuguesa II; Didática; História da Língua; Psicolinguística; Linguística; Organização e desenvolvimento Curricular; Teoria da Literatura; Prática Pedagógica; Crioulística.</p> <p>4º ano:</p> <p>Literatura Universal; Técnicas de Composição; Prática Pedagógica.</p>
<p>G - Ao longo do curso estudei muitas cadeiras, não posso, contudo,</p>

mencioná-las, só vou enumerar alguma: Língua Portuguesa; Latim; Introdução Aos Estudos Linguísticos; Introdução aos Estudos Literários; Literatura e Cultura Africana; Literatura e Cultura Guineense; Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira; História da Língua; Teoria da Literatura e Crioulística.

Comentários analíticos:

Nessa parte, os entrevistados nos falaram de todos os componentes curriculares que eles cursaram em suas formações acadêmicas, desde o ano propedêutico até o quarto ano. Vale a pena ressaltar que os nossos entrevistados não realizaram formação acadêmica no mesmo ano, tendo se formado em anos letivos diferentes, por isso que os componentes às vezes sofrem as alterações.

Logo no início da formação, no ano propedêutico, os componentes são os seguintes: Língua Portuguesa; Língua Inglesa; Cidadania e Latim. Desde já que o ano propedêutico é o ano da formação inicial porque não focaliza nos estudos que está ligado ao contexto sociolinguístico do país. Sabemos que o ano preparatório é muito importante para vida dos novos ingressantes na universidade, por isso a preocupação das escolas na formação da Guiné-Bissau deveria focalizar ainda mais numa política educacional que vise ajudar os novos estudantes a entender as questões culturais e linguísticas do país o mais rápido possível durante a sua formação, porque se vejamos bem, esses componentes do ano propedêutico são componentes que estão distantes da realidade sociocultural do país.

No primeiro ano, percebemos que os componentes que são estudados são os seguintes: Língua Portuguesa I; Introdução aos Estudos Linguísticos; Culturas e Línguas Guineenses; Introdução aos Estudos Literários; Introdução à Informática; Literatura e Cultura Africana em Língua Portuguesa I; Latim; Metodologias e Técnicas de Comunicação e Investigação científica; e Língua Inglesa; Literatura e Cultura Guineenses e Informática I.

Pensando nos componentes do primeiro ano, percebemos que são muitos componentes para estudar num ano letivo, além de que, como sabemos, esse curso é administrado como ensino da língua materna. Um dos aspetos muito importantes que devemos focalizar é o objetivo dessa formação para os estudantes, levando em conta que, depois dessa etapa eles vão ser os profissionais da educação. Para ensinar as pessoas dentro da comunidade guineense, o ensino da língua portuguesa deve ser pensado como língua não materna no território guineense. As áreas do conhecimento, logo no primeiro ano da formação inicial do professor, se preocupam mais com as questões gramaticais. Observa-se esse comportamento através dos componentes acima citados, o que mostra claramente que o

ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, é pensado apenas como um entendimento dos saberes relativos à Gramática Normativa de uma língua, e, na verdade, da variante europeia dessa língua. Por isso, a organização pedagógica do curso deve se preocupar mais com a reestruturação do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, para que possamos ter os grandes profissionais que vão atuar nessa área respeitando o contexto bilíngue do país.

Logo, no segundo ano do curso, os componentes curriculares são os seguintes: Literatura e Cultura Brasileira; Literatura e Cultura Portuguesa; Língua Portuguesa II, Fonética e Fonologia Portuguesa; Literatura e Cultura Africana em Língua Portuguesa II; Lexicologia e Lexicografia; Informática II; Linguística I e Latim II. Praticamente não existe uma diferença significativa com relação à etapa anterior, quando ressaltamos que essa formação se preocupa mais com as questões gramaticais. Novamente, os componentes que são estudados no segundo ano, principalmente com relação às questões literárias, se preocupam com outras realidades, em vez da cultura e da literatura guineenses. Na verdade, podemos sim estudar a literatura de outros países, mas, o enfoque do ensino precisa, primeiro, considerar e valorizar o que há na Guiné-Bissau. O ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau deve preocupar-se tanto com a literatura guineense, como sabemos que é um país com a diversidade cultural e que tem diversas áreas do conhecimento em termos da questão literária.

No terceiro ano, os componentes são os seguintes: Língua Portuguesa III; Didática do Ensino da Língua Portuguesa; História da Língua; Psicolinguística; Linguística; Organização e desenvolvimento Curricular; Teoria da Literatura; Prática Pedagógica; Crioulística; Teoria da Literatura; Linguística II e Sintaxe e Semântica. Podemos perceber que esses componentes do terceiro ano seguem a mesma linha de organização dos anos anteriores, não existindo uma diferença entre eles. Há o mesmo com o objetivo de ensino da língua portuguesa como a língua materna, e os seus estudos também estão voltados aos estudos gramaticais, quer dizer, à gramática tradicional normativa europeia.

No último ano de formação, que é o quarto ano, os componentes são os seguintes: Literatura Universal; Técnicas de Composição; Didática da Língua Portuguesa II e Prática Pedagógica. Também não houve diferença com os outros anos anteriores. Podemos considerar que o ensino da linguagem é como uma das áreas fundamentais para o desenvolvimento humano e, por isso, é necessária uma política linguística de acordo com o contexto multicultural do país de país, que promova, pelo menos um ensino bilíngue, no qual o ensino da língua portuguesa na formação dos professores seja entendido como ensino de L2.

Sempre devemos levar em conta, que a língua é um fenômeno cultural, social e faz parte da nossa história. Por isso, quando os componentes curriculares estão um pouco distantes da realidade dos estudantes isso vai causar mais desafios no processo de aprendizado. Sendo assim, o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau deve ser direcionado, ou seja, contextualizado, de acordo com as práticas sociais dos guineenses, porque não é necessário somente focalizar nos conteúdos padronizados.

Esses componentes acima citados, desde o ano propedêutico até quarto ano, são essenciais na formação dos professores da língua portuguesa na Guiné-Bissau. Segundo Baldé (2013, p. 38), “o curso de formação de professores de Língua Portuguesa (LP) na Guiné-Bissau é estruturado conforme as necessidades dos estudantes/licenciandos para a sua área de atuação, “ensinar a Língua Portuguesa”[...]” mas vale a pena ressaltar que a estrutura das disciplinas, ou seja, dos componentes, são mais tradicionais estruturalistas porque a maioria dos componentes que são estudadas na formação dos professores da língua portuguesa estão voltados ao ensino da língua portuguesa como língua materna, dando enfoque às questões de uma gramática normativa formal. Quer dizer formação dos professores voltada ao preparo para o ensino de gramática normativa e de estudos metalinguísticos numa perspectiva de ensino de língua materna.

PERGUNTA 4
Como você avalia a formação universitária que teve?
A - Avalio de eficaz e eficiente a minha formação universitária, visto que me ampliou a visão na perspectiva cultural em geral, permitindo-me contactar com outros povos sem necessariamente precisar de me deslocar da Guiné Bissau.
B - Esta formação foi crucial para o meu crescimento enquanto professor de língua portuguesa e enquanto um falante da mesma. Teve um cunho importante para que possa seguir, sem dificuldades, o mestrado nesta área.
C -Estudei numa escola mais antiga de formação de professores – Tchico Té – na Guiné-Bissau, que contém especializações diversas. Mas a formação que eu tive aí é licenciatura em Língua Portuguesa, pelo departamento “Instituto Camões”. Esse departamento tem apoio do governo português, razão pela qual Portugal manda sempre um/a leitor/a aí e acaba-se por aplicar o currículo português de formação na mesma área de saber, algo que para mim é um erro. Contudo, entende-se que é de melhor no país e eu estou alinhado. Lá diz o ditado e é verdade: “Quem não tem mãe,

mama na avó”.
D - A minha formação foi uma formação muito ligada à linguística e dominada pela didática do português como língua materna. Foi uma formação que me permitiu conhecer muito bem o funcionamento da língua e ter um excelente domínio da gramática da língua portuguesa, mas não me capacitou para ensinar o português para um público que o tenha como Língua Segunda ou Língua não materna como é o nosso caso na Guiné-Bissau.
E - Quanto à formação universitária que tive, considero-a muito boa, pois permite-me compreender muito bem o setor educativo e exercer a minha profissão com competência, amor e dedicação.
F - Apesar de hoje ter uma visão diferente do que é ser professor de Português e das reais dificuldades com que se depara o sistema educativo guineense referente à formação mais qualificada dos agentes educativos, sobretudo de professores de Língua Portuguesa, avalio a minha formação universitária do ponto de vista positiva, ou seja, a minha formação universitária proporcionou-me bases sólidas na minha área de formação profissional.
G - Avalio de forma positiva, tendo em conta o que adquiri em termos de conhecimento.

Comentários analíticos:

Os nossos entrevistados avaliaram as suas formações universitárias de um ponto de vista positivo, ou seja, a formação universitária, na visão deles, ajudou-lhes a ter conhecimento sobre as suas áreas de formação e tem ajudado no exercício profissional. Um de nossos entrevistados destacou que a formação fez com que se conectasse culturalmente com outros povos sem ter que sair do seu país, um aspecto considerado positivo por ele. Outro entrevistado disse que sua formação ajudou em seu crescimento acadêmico, e deu suporte para seguir o seu percurso acadêmico.

Uma das abordagens mais importantes, e que está ligada à preocupação do nosso trabalho, é essa frase de um dos nossos entrevistados: "A minha *formação foi uma formação muito ligada à linguística e dominada pela didática do português como língua materna.*" Aqui entra a questão debatida no nosso primeiro capítulo, sobre o ensino da língua materna no contexto guineense, mostrando que o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau não deve ser na perspectiva de ensino de língua materna.

De acordo com a diversidade linguística e cultural guineense, segundo Mendes (2019), a Guiné-Bissau, à semelhança de muitos países Africanos, apresenta grande diversidade étnica. Essa diversidade, ou seja, mosaico cultural, reflete não só nos aspectos culturais, mas também nos aspectos linguísticos. A Guiné-Bissau é um país que tem vários grupos étnicos como mencionamos no nosso primeiro capítulo, através desses grupos étnicos, que faz com que o país tenha diversidade linguística assim como cultural, dentro do território guineense.

Como o nosso foco é questão linguística, vale a pena ressaltar que a língua portuguesa, mesmo não sendo a língua mais falada dentro o território guineense, é a língua que foi decretado pelo estado guineense como a língua oficial do país, quer dizer a língua da escola, trabalho e entre outros. Mas, é importante destacarmos que dentro do contexto educacional do país, o sistema do ensino que deve ser implementado, é o sistema de ensino bilíngue, em que a língua portuguesa seja tratada como a língua não materna. Segundo Flores (2013), “Português Língua Não Materna é um conceito abrangente, que inclui diferentes tipos de aquisição, de aprendizagem e de domínio da língua portuguesa”. Por isso, como a língua portuguesa não é a língua materna da maioria da população guineense, deve ser ensinada de forma diferenciada, melhorando o processo de ensino-aprendizagem, porque através da diversidade linguística que se encontra no país, esse é um dos caminhos que podemos usar para facilitar a vida dos nossos estudantes.

Por isso, depois da formação que tiveram, mesmo que os professores conheçam muito bem sobre o funcionamento da língua em termos gramaticais normativos, isso não significa que estejam devidamente preparados para ensinar língua portuguesa no contexto guineense. Como sabemos, o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa não se limita somente ao ensino da gramática normativa, principalmente no caso da Guiné-Bissau, que precisa de uma política sociolinguística nacional. Ou seja, “[...] uma estratégia pedagógica adequada que dinamize ou compreenda a situação da diversidade linguística que se encontra nos alunos, orientando-os a partir dessa necessidade.” (YOURNA; SOUZA, 2018, p.8) Só assim, poderemos ter um ensino-aprendizagem da língua portuguesa contextualizado e significativo para os estudantes guineenses.

PERGUNTA 5
Quanto ao ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau, como você avalia esse ensino?

A - O ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau encontra-se aquém do desejável. Quem olha para a situação dessa língua neste país percebe facilmente que ela não é um instrumento de comunicação diária de uma grande maioria dos guineenses. Esta realidade deveria constituir um condicionalismo para que o ensino dessa língua ganhasse outra feição neste território, isto é, atendendo às peculiaridades deste; o que não acontece, visto que os métodos de ensino utilizados se encontram desajustados e, portanto, não chega a haver sucesso no processo de ensino-aprendizagem dessa língua. Para além dos métodos utilizados, que, como se referiu, não se compaginam com a realidade sociolinguística do país, verifica-se o facto de os professores de português serem formados para ensinar esta língua como se ela fosse a materna dos alunos. Por isso, os professores, desmunidos de conhecimentos relativamente ao ensino do português como língua segunda (que é a real situação desta língua neste território), põem-se a utilizar outros métodos que talvez tivesse eficácia num país como Portugal ou Brasil, onde o português é, à partida, a língua materna dos alunos.

B - O ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau continua ainda aquém da expectativa, pois o próprio Ministério da Educação não conseguiu elaborar uma política com vista ao ensino do mesmo. Os materiais didáticos não são suficientes para dar apoio aos professores e, por outro lado, a metodologia implementada não vai ao encontro da realidade linguística dos falantes. Estamos a falar de um país, cuja Língua Portuguesa seja L2, embora o ensino se processe como LM. Estes fatores estão a dificultar de que maneira o ensino da mesma.

C - A Guiné-Bissau, sendo um dos países mais pobres do mundo, em que a educação é relegada ao último plano, o que se pode confirmar pelos sucessivos orçamentos aprovados pela ANP, não se pode esperar que o seu sistema do ensino universitário seja melhor. Por outro lado, verifica-se tantas paralisações neste sector, o que contribui grandemente para uma penúria de estudantes no ensino superior. Tendo em conta todos esses acima mencionados e demais, chegam ao ensino superior estudantes com enormes dificuldades, salvo os que, pelo menos, tiveram que redobrar esforços, caso os que passam por alguns centros de aperfeiçoamento em língua portuguesa e/ou escolas privadas com ensino de qualidade.

D - O ensino da Língua Portuguesa na Guiné-Bissau não promove uma

metodologia da abordagem comunicativa, algo que podia levar aos alunos a comunicarem na sala de aula, mas sim nós enquanto professores, limitamos mais a ensinar as crianças as regras gramaticais como se fossem os falantes nativos da língua. Este facto tem criado grandes dificuldades aos alunos a desenvolverem as quatro competências comunicativas, a de compreensão oral e escrita e a de produção oral e escrita.

E - A avaliação que faço do ensino da LP na Guiné-Bissau é péssima, pois o ensino da LP na Guiné-Bissau não vai de encontro ao contexto do país e das necessidades do público-alvo. É sabido por todos que a LP é ensinada como Língua Materna ao invés de ser ensinada com Língua segunda ou Língua Estrangeira, utilizando metodologias recomendadas para este efeito.

F - Naturalmente, ensina-se a língua “portuguesa” com objetivo de desenvolver nos aprendentes dessa mesma língua as duas essenciais competências a saber: competência produtiva, focada nos seguintes saberes, falar e escrever, e competência receptiva, também focada na compreensão e na leitura. Pelo menos é esse um dos objetivos por que a língua portuguesa é ensinada na Guiné-Bissau. Contudo, se analisarmos a nossa realidade, tendo como objeto dessa análise que proponho o aluno que estuda português desde o ensino primário até ao 12º ano de escolaridade, à conclusão a que iremos chegar é que a maioria esmagadora continua a revelar enormíssimas dificuldades em escrever, ler, compreender e, principalmente, falar a língua portuguesa. Este facto leva a que muitos recorram às escolas que dão curso de aperfeiçoamento de língua portuguesa para poderem aprimorar essas competências.

Entretanto, uma vez que no sistema do ensino do português na Guiné-Bissau não se consegue levar a maioria dos alunos a atingir o objetivo acima referido, vamos admitir que algo está errado. E esse erro deriva de muitos fatores e, entretanto, destaco a má definição da política do ensino da língua portuguesa, isto é, o currículo que define as diretrizes de como se deve ensinar a língua portuguesa não teve em consideração que o público-alvo, ou seja, no cômputo geral, o aprendiz do português na Guiné-Bissau não teve contato com o português desde a tenra idade, portanto o português não é a sua língua materna (LM). Por essa razão aconselha-se o uso das metodologias adequadas ao ensino do Português como Língua Não Materna ou Língua Estrangeira.

Com o relato acima da realidade descrita concluo que o ensino de português na Guiné Bissau deixa muito a desejar, ou seja, ainda está aquém das expectativas, embora reconheça o esforço empreendido pelos atores envolvidos nesse processo em trabalhar para inverter esse facto.

G- O ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau está muito ínfimo em termo de resultado, essa situação, pois, deve-se às questão étnico-cultural do povo guineense. também falta de metodologia adequado para o seu ensino; falta de materiais didáticos; e, influência das línguas maternas dos alunos (porque o crioulo não é falado para todos mesmo sendo língua nacional).

Comentários analíticos:

A partir das respostas dadas, é possível perceber que o ensino da língua portuguesa no país ainda possui enormes dificuldades, em grande medida por não haver uma política do ensino da língua portuguesa voltada à realidade do povo guineense. Também podemos dizer, com base nas falas dos entrevistados, que o ensino de língua portuguesa não tem obtido os êxitos esperados pelo governo. Um dos nossos entrevistados, inclusive, levantou uma questão sobre Ministério da Educação, o qual, na visão dele, não consegue ter uma política educacional voltada aos valores socioculturais do país. É possível perceber, na fala de outro dos nossos entrevistados, que a educação na Guiné-Bissau está nos últimos planos dos governantes do país e, por isso, não adianta ter esperança de que o sistema do ensino universitário funcione da melhor forma possível.

Desse excerto, muita pesquisa poderá ser realizada, considerando o contexto do ensino de LP na formação de professores guineenses. percebemos que o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau apresenta algumas falhas que são explicadas ao longo das respostas. Segundo eles, as metodologias que são usadas não facilitam as abordagens comunicativas dos próprios alunos, porque as metodologias que são usadas no ensino da língua portuguesa dentro do país focalizam o ensino tradicional da gramática, ou seja, seguindo os modelos europeus. Também, sobre o ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau, um dos nossos entrevistados abordou que “[...] não há metodologia para facilitar a abordagem comunicativa dos alunos, mas os professores focalizam mais no ensino gramaticais.” Isso mostra claramente que o ensino da língua portuguesa no território guineense não é organizado como ensino de língua não materna, mas como se a língua portuguesa fosse a língua materna do povo guineense. Por causa desse equívoco, os alunos passam por muitas dificuldades no processo do ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

De acordo com um dos nossos entrevistados, essa língua “[...] não é um instrumento de comunicação diária de uma grande maioria dos guineenses”. Além disso, também não é a língua materna da maioria da população guineense, por isso, causa a interferência no seu processo de ensino-aprendizagem como a língua materna. “Os professores de português são formados para ensinar esta língua como se ela fosse a materna”, diz um dos nossos entrevistados, o que, de acordo com a nossa abordagem no capítulo II sobre a formação do professor da língua portuguesa, é possível perceber que a formação dos professores nessa área está voltada ao contexto europeu, em termo da questão linguística assim como questão literária. Isso quer dizer que não há uma política educacional promovida pelo estado guineense que esteja voltada à realidade do país e, segundo Campos e Furtado (2009, p. 71), “Essa ausência [na formação docente] enfraquece o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa na Guiné-Bissau. Um dos nossos entrevistados, abordou uma questão muito importante: *a educação é relegada ao último plano.*” Se vemos bem, a sequência de greves no setor educacional na Guiné-Bissau, dá para entender que o estado guineense não se preocupa tanto com a educação, também o atraso salarial, ou seja, as dívidas salariais existentes mostram que o estado não dá valor ao trabalho dos professores.

De acordo, com abordagem de um dos nossos entrevistados, sobre o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, disse o seguinte: “Vamos admitir que algo está errado. E esse erro deriva de muitos fatores e, entretanto, destaco a má definição da política do ensino da língua portuguesa”. Como objeto de novas reflexões. Alternativas para identificar problemas na formação/ensino do *métier* de professor em LP. Na verdade, por enquanto a Guiné-Bissau não tem uma política educacional voltada à realidade do país, ou seja, que inclua o contexto sociocultural e linguístico do país e, por isso, não vamos conseguir ultrapassar essas dificuldades acima citadas.

Portanto, com base nas considerações destacadas pelos entrevistados, ratifica-se em suas falas ser necessário que haja política linguística educacional voltada ao ensino da língua portuguesa não materna na Guiné-Bissau, pensando nas necessidades dos próprios alunos.

PERGUNTA 6
Que tipos de materiais didáticos são usados para ensinar a língua portuguesa?
A - Primeiramente, é preciso salientar que a Guiné-Bissau é um país onde escasseiam materiais didáticos não só de língua portuguesa como também de outras

disciplinas. Este facto, como consequência, leva a que um professor de português, tendo na posse o programa letivo desta disciplina, se encontre desprovido de materiais que possam permitir a execução de tal programa. Assim, são textos de origem estrangeira que acabam por colmatar esse vazio. Com efeito, não raro, os professores de português consideram a gramática (impressa) como suporte de ensino-aprendizagem, levando os alunos a decorarem as regras gramaticais; eis a razão por que, frequentemente, se encontra um aluno guineense que decora as regras gramaticais, mas desconhece a funcionalidade das mesmas.

B - Em maioria dos estabelecimentos de ensino são utilizadas fotocópias de algumas partes de gramáticas, tendo em conta os conteúdos que o professor quer ministrar. Em outras situações, recorre-se à improvisação dos manuais de acordo com os conteúdos programáticos. Outros centros, como a sociedade AJALV (Grupo Dos Professores da Língua Portuguesa da Guiné-Bissau, AJALV é a abreviatura dos nomes desses professores), onde se ministra o curso de aperfeiçoamento em português, são elaborados os manuais de acordo com a política do ensino de português para os que o têm como LNM (Língua Não Materna).

C -Para o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau são usados materiais autênticos como se fosse que se tratasse de uma língua materna dessa comunidade. Além disso, as aulas são mais expositivas, porque o professor carece de ideias para criação de materiais didáticos, limitando a usar os mesmos materiais em todas suas aulas, não trazendo nada de novo.

Abaixo, apresento no quadro alguns materiais didáticos.

Suportes de Informação: Quadros pretos;

Recursos visuais: Documentos, escritos, livros, Jornais/revistas.

Recursos Audiovisuais: Rádio, mas nem sempre.

D - Na Guiné-Bissau, usa-se mais materiais didáticos vindos de Portugal cuja língua portuguesa é tida como língua materna (livros). Ainda, são usados textos de apoio que

muitas das vezes são elaborados pelos próprios professores e que são na sua maioria

cópias dos tais livros provenientes de Portugal e que tanto distanciam da realidade

guineense. Facto que cria uma grande desmotivação nos próprios alunos,

levando-os a olhar pela língua portuguesa como língua do outro ou do colonizador'.
E - Os materiais didáticos usados para ensinar a LP são: manuais de apoio, livros, quadro, giz, canetas, lápis, computador, rádio, revistas, jornais, cartazes, textos, entre outros.
F - Falar de tipos de materiais didáticos que geralmente são usados para ensinar a língua portuguesa na Guiné-Bissau é muito difícil, pois o Ministério da Educação, ou seja, o Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE), que é uma instituição responsável para produzir materiais, salvo erro, nunca produziu materiais. Assim especificamente para o ensino do português para o terceiro ciclo, ou então nunca vi e não tenho conhecimento de existir um material fornecido pelas instituições encarregues para o efeito. Assim sendo, admito que não existe um material produzido localmente que seja de uso comum a todos os professores deste ciclo. Existe, sim, um currículo para o referido ciclo. Com base nesse currículo, cada professor ou então o coletivo de professores de cada escola produz os seus materiais, usando os seguintes materiais para o efeito: Gramáticas (de diversos autores), textos de autores nacionais e de autores estrangeiros.
G - Os materiais usados para o ensino do português são: gramáticas; Apostilas; Antologias e entre outros.

Comentários analíticos:

Os nossos entrevistados, evocam que, por causa de falta dos recursos no próprio país para dar suporte ao ensino da língua portuguesa, os próprios professores recorrem aos textos curriculares dos outros países, como disse um dos entrevistados: “[...]na Guiné-Bissau, usa-se mais materiais didáticos vindos de Portugal, para ensinar os alunos.” Na verdade, é muito triste dizer isso, porque essas matérias didáticas, que saem de Portugal para Guiné-Bissau, não são adequadas para o povo guineense, porque esses materiais são pensados para a população portuguesa, que têm essa língua como a sua língua materna, mas essa língua não é a língua materna da maioria da população guineense.

Um dos nossos entrevistados fez uma abordagem muito importante ao dizer: “[...] são usados textos de apoio que muitas das vezes são elaborados pelos próprios professores e que são na sua maioria cópias dos tais livros provenientes de Portugal e que tanto distanciam da realidade guineense.” Isso mostra, que os materiais didáticos são vindos de Portugal e que os professores os utilizam como referências para elaboração dos seus conteúdos para o ano

letivo. Com tudo isso dá para entender que os materiais didáticos que são usados no ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau estão distantes da realidade do país. São materiais para as pessoas que têm a língua portuguesa como língua materna, não como a língua não materna.

Também percebemos que os professores usam as gramáticas como ponto chave do ensino-aprendizagem da língua portuguesa. É através delas que os alunos se preocupam mais com decorar regras gramaticais. Mas sabemos que o ensino da língua portuguesa abrange muito além que isso, é uma das peças fundamentais, também é o funcionamento linguístico, que vai levar em conta a questão sociolinguístico de país, sempre a sociedade e a língua devem andar de mãos dadas, o ensino de qualquer que seja língua, num país, deve levar em conta sempre o contexto social desse povo, para melhor funcionamento de ensino-aprendizagem, sempre no ensino de qualquer que seja língua, é bom saber quais são as necessidades dos seus alunos, o que é necessário fazer para melhor funcionamento do ensino-aprendizagem, no caso, da Guiné-Bissau, sempre é necessário ensinar a língua portuguesa como a língua segunda, e focalizar no ensino da língua portuguesa que abrange as questões sociolinguístico do país.

Também aparece nas respostas a ideia de que outros professores da língua portuguesa resolvem improvisar os conteúdos para administrar nas suas aulas. Isso dá para entender que, conforme foi dito, o próprio o Ministério da Educação, ou seja, o Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE) não tem uma Base curricular nacional para facilitar o ensino da língua portuguesa no país, quer dizer uma Base, que vai servir como suporte para elaboração dos conteúdos para o ensino da língua portuguesa no país, como a língua não materna, esse documento vai servir também como guia de orientação para os professores, como aqui no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens.

Também alguns dos nossos entrevistados citaram alguns materiais didáticos que são usados no ensino da língua portuguesa, são os seguintes: **Suportes de Informação:** Quadros pretos e giz. **Recursos visuais:** Documentos, escritos, livros, Jornais/revistas. **Recursos Audiovisuais:** Rádio, mas nem sempre, esses são os principais materiais didáticos que se usam nas aulas de ensino da língua portuguesa.

Esses documentos acima citados, no caso de livros, jornais e revistas, são escritos em língua portuguesa, vindos de Portugal, e outros são produzidos na Guiné-Bissau, mas seguindo a padrão linguística da língua portuguesa, que é ensino da gramática tradicional, sem respeitar a questão sociolinguística do país, isso, complica a vida dos alunos durante o ensino-aprendizagem, como tínhamos ressaltado nos parágrafos anteriores, que os próprios materiais

didáticas distanciam do contexto do país, dá para entender, que o país carece dos materiais didáticas voltada à questão sociolinguística da Guiné-Bissau, para o ensino da língua portuguesa.

PERGUNTA 7

Quais os principais desafios enfrentados no ensino da língua portuguesa na Guiné Bissau?

A - Relativamente a esta questão, é imensamente importante enaltecer o facto de a Guiné-Bissau ser um território multilíngue. Isto porque neste país coexistem mais de 20 grupos étnicos, cada qual com a sua própria língua, instrumento de comunicação entre os respetivos membros. Entretanto, para além dessas línguas e do português (que é a língua oficial e, claro, do ensino), também existe o crioulo de base lexical portuguesa, que é a língua nacional, dado que é ele que consegue unir os diferentes grupos étnicos que coabitam neste território.

Na Guiné-Bissau, poucas são as famílias que adotam o português como instrumento de comunicação no lar. Geralmente, o guineense tem como materna uma língua étnica ou língua crioula, ou duas línguas ao mesmo tempo; porém, raramente têm o português. Como se sabe, tais línguas étnicas (que também são apelidadas de africanas) apresentam, geralmente, estruturas, tanto ao nível morfossintático assim como ao nível fonológico, diferentes das da língua portuguesa; e, quando o aluno sai de casa com estruturas de uma língua étnica ativadas na mente, enfrenta sérias dificuldades de assimilação da “nova língua” (o português). Com efeito, esta realidade conduz a que os alunos guineenses, na sua maioria, não tenham facilidade em realizar certos sons existentes em português, mas estranha à sua língua materna (a étnica, geralmente). Por outro lado, verifica-se a tendência para a transladação de estruturas sintáticas dessas línguas étnicas para a língua portuguesa, o que geralmente complica o processo de ensino-aprendizagem.

Ora, a realidade atrás descrita persiste na Guiné-Bissau por falta de uma política específica para o ensino da língua portuguesa. As autoridades competentes talvez não reconheçam que este país tenha as suas peculiaridades e que o processo de ensino-aprendizagem dessa língua deva refletir aquilo que é a realidade sociolinguística do país. Por isso, não raro, os alunos terminam liceu e ainda continuam a apresentar dificuldades quanto ao uso correto da língua portuguesa.

<p>B - São enormes os desafios enfrentados no ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, como abordei na secção anterior, a definição de uma política para o ensino do mesmo, a elaboração de materiais didáticos e disponibilização de programas escolares, formação e capacitação dos professores de português, alargamento de escolas de formação de professores do mesmo e entre outros são desafios que se deve tomar em conta.</p>
<p>C -Na Guiné-Bissau a língua do ensino é português. Essa língua, contudo, tem vindo a ser ensinada como se fosse a primeira língua de muitos guineenses. Fato que deve ser pensado, pois ninguém consegue pensar numa língua que não pratica. Entretanto, os principais desafios seriam: preconceito em expressá-la em qualquer circunstância, vê-la como a língua de outrem e, finalmente.</p>
<p>D - Os principais desafios enfrentados no ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau são a ausência de programas escolares que atendam a própria realidade literária e cultural guineense e dos respetivos materiais didáticos, ausência da literatura guineense nos currículos escolares, uso de metodologia de ensino do português como língua materna, sendo desajustada com a realidade ou estatuto do português no país, sendo ele a L2 ou Língua não Materna, afastando assim a Abordagem Comunicativa no seu ensino, ausência de um cânone literária guineense para poder ser introduzido em todos os níveis de escolaridade e entre outros desafios não menos importantes aqui não mencionados.</p> <p>As escolas necessitam de uma programação que vai atender as necessidades dos alunos, por exemplo focalizar no contexto sociocultural do próprio país, ensinar essa língua como a não materna, ou seja L2.</p>
<p>E - Os principais desafios enfrentados no processo de ensino da LP na Guiné-Bissau tem a ver com a falta de recursos humanos para lecionar a LP como Língua Não Materna, a falta de materiais didáticos adequados ao contexto do país e as necessidades dos alunos/aprendentes, a falta de uso de métodos de ensino adequados.</p>
<p>F - Falar dos principais desafios enfrentados no ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau requer, primeiro, reconhecer o contexto e o público-alvo a que é destinado o ensino de português. Nisto, é importante sublinhar que para muitos alunos guineenses o português, embora tenha o estatuto político de língua oficial, de uso obrigatório no contato do cidadão com a sua administração pública, nem é, de</p>

acordo com a ordem de aquisição, a língua materna nem língua segunda. Compreendendo esse facto, é fácil deduzir que os desafios são enormes e as dificuldades gigantescas, pois trata-se de uma questão de ensinar uma língua a um aprendente, que vai à escola sem ter mínima noção das regras que regem ao seu funcionamento, com base num currículo que impõe o uso de metodologias que se aplicam ao ensino de português como língua materna, sob pretexto de portuguesa ser a língua oficial na Guiné-Bissau. Segundo, falamos num contexto em que o sistema do ensino público guineense está totalmente desestruturado ao ponto de não poder definir políticas educativas claras e objetivas, que visam formar cidadãos proativos que sejam capazes de corresponder às exigências do contexto atual. Por conseguinte, acabamos por ter professores que não só não têm uma preparação/formação especial para ajudar os alunos a aprender a saber-fazer, mas também professores que têm uma enorme responsabilidade de fazer tudo, desde planificar, executar, avaliar e produzir todos os materiais necessários ao ensino da língua.

G- Os precípuos desafios enfrentados para o professor de Língua Portuguesa são a falta de materiais didáticos e desconhecimento de metodologia do ensino da mesma no contexto guineense.

Comentários analíticos:

De acordo com os nossos entrevistados, percebemos que a falta de uma política educacional voltada ao contexto sociolinguístico do país, que vai ter uma base curricular nacional, essa base servirá como guia da elaboração dos materiais didáticos dos professores da língua portuguesa, também umas das dificuldades constatada, é a falta de alargamento das próprias escolas de formação dos professores da língua portuguesa, como é do nosso conhecimento, as escolas de formação dos professores da língua portuguesa fiquem em Bissau, que é o capital do país.

Também as metodologias que são usadas para o ensino da língua portuguesa nas nossas escolas, distanciam da realidade do próprio povo, isso significa que os métodos de ensino que são usados, não são adequados para realidade guineense, por isso, que é necessário uma política que espelha a realidade multilíngue de país. Porque sabemos que, a falta dos materiais didáticos, é um dos principais desafios no ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau.

Vale a pena ressaltar que, na Guiné-Bissau, a maior parte das pessoas têm as suas línguas étnicas ou a língua guineense, como a sua língua materna, é difícil encontrar a pessoa que tem a língua portuguesa como a sua língua materna.

Por fim, observa-se que o contexto multilíngue do país, é um dos principais desafios do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, sabemos que a construção linguística das línguas étnicas do nosso país em termos de morfologia, fonética e estrutura é totalmente diferente com o português, por isso, uma pessoa que tem a sua língua étnica como a língua materna, sempre passa por várias dificuldades no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discutimos sobre desafios e consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau, em que abordamos como é ensinado essa língua no território nacional, desde a formação dos professores até suas atuações nas escolas públicas. Procuramos problematizar o que vem a ser “ensinar língua” e “ensinar língua portuguesa na Guiné-Bissau”, bem como entender como as políticas linguísticas guineenses organizam este ensino no país. Nesse sentido, foi preciso perceber quais são materiais didáticos que são usados para o ensino dessa língua e que tipo de metodologia de pesquisa que utilizamos para realização deste trabalho.

No primeiro capítulo, abordamos sobre o contexto linguístico da Guiné-Bissau, falando sobre as línguas na e da Guiné-Bissau, sobre o planejamento linguístico da Guiné-Bissau, o lugar da língua portuguesa, o lugar do ensino da língua guineense (crioulo) e o lugar das demais línguas nacionais na Guiné-Bissau.

Em seguida, o segundo capítulo tratou da organização do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, no qual falamos sobre a formação do professor de língua portuguesa no país, como é o ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau e também abordamos sobre tipos dos materiais didáticos que são utilizados para o ensino da língua portuguesa.

Por fim, apresentamos no terceiro capítulo como fizemos a nossa pesquisa, as metodologias que usamos para construção do nosso trabalho e também fizemos o comentário analítico das respostas que recebemos por parte dos nossos entrevistados, onde apresentamos as nossas preocupações sobre o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

Após observarmos tudo o que foi exposto, podemos afirmar que o processo do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, deve ser ainda debatido, porque para ensinar uma pessoa que não tem essa língua como a sua língua materna, vamos deparar com vários desafios e dificuldades, que na verdade, durante o processo de ensino-aprendizagem, os nossos alunos passam dificuldades, porque a política educacional do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, não está em sintonia com as questões sociocultural do país, pode considerar essa questão como uma das dificuldades, que os alunos enfrentam durante o processo de ensino e aprendizagem dessa língua, por isso, o governo guineense deve pensar uma política educacional do ensino da língua portuguesa, além das questões gramáticas, também focalizar no ensino dessa língua como a língua não materna da população, investir na formação dos professores da língua portuguesa, quer dizer criar uma estratégia pedagógica

volta à questão sociocultural do país, ou seja, podemos dizer o ensino PL2, um modelo de ensino bilíngues, também é preciso ter as matérias didáticos com esse modelo de ensino e construção das escolas de formação do professores da língua portuguesa nas outras regiões de país, porque as escolas de formação de professores centralizam em Bissau que é o capital do país.

REFERÊNCIAS

- ABDULA, R. A. M; QUEBI, D. O. ; TIMBANE, A. A. **As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno em África.** In: Web-Revista Sociodialeto. v. 5, nº 13, jul. 2014.
- BALDÉ, Baró. **Formação de professores de língua portuguesa na escola normal superior “Tchico Té”.** 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- BARBOSA, José Augusto. **Língua e Desenvolvimento: O caso da Guiné-Bissau.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, 2015.
- BASTOS, M.; MELO-PFEIFER, S. **O Português em Moçambique e na Alemanha: da diversidade de estatutos à diversidade de abordagens didáticas.** In: MONTEIRO, A. C. SIOPA, C; MARQUES, J. A.; BASTOS, M. (ed.). **Ensino da Língua Portuguesa em Contextos Multilíngues e Multiculturais.** E-Book. Porto: Porto Editora, 2017, p. 173-194.
- BERENBLUM, Andrea. **A intenção da palavra oficial-língua nacional e escola em tempos de globalização.** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.
- CÁ, Virgínia José Baptista. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau.** Belo Horizonte, 2015. f. Dissertação (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação) - da Universidade Federal de Minas Gerais.
- CÁ, C. M. O.; CÁ, L. O. **A questão da formação dos professores do ensino básico na Guiné-Bissau: desafios e perspectivas do governo nos anos de 1975-1986.** Educ. Form., [S. l.], v. 2, n. 5, p. 20–32, 2017. DOI: 10.25053/edufor. v2 i5. 2329. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/134>.
- CALVET, Louis – Jean. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola editorial: IPOL, 2007.
- CAMPOS, Bárto; FURTADO, Alexandre. **Política Docente na Guiné-Bissau.** Banco Mundial, Bissau, 2009.
- CAMPANHA, **Sensibilização de Covid-19 na Guiné-Bissau.** Acesso em: <https://youtu.be/IN99TEI-oRA>.
- CAMPANHA, **Eleitoral. Do Partido PAIGC ano 2019.** Acesso em: https://youtu.be/OOr0KZSHj_Y.
- CANAL, Televisivo, da Guiné-Bissau. Acesso em: <https://www.youtube.com/channel/UCDINJhUuEy8B14pcMhlKdQg/playlists>.
- COUTO, H. H.; EMBALÓ, F. (2010). **Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: Um país de CPLP.** Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, Pávia, n. 20, Brasília.
- ENCANHA, Vania Imbali. **O ensino da língua Portuguesa na Guiné Bissau: uma análise do Programa de ensino da Língua Portuguesa nas escolas públicas de Guiné-Bissau-**

Kwame N'Krumah, Rui Barcelo da Cunha e Agostinho Neto. 2018. 24f. Artigo (Graduação) -Curso de Letras Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

FLORES, Cristina Maria M. **Português Língua Não Materna. Discutindo conceitos de uma perspectiva linguística.** (Universidade do Minho). Publicado em Bizarro, R., Moreira, M^a & Flores, C. (orgs.) Lisboa, 2013.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUINÉ-BISSAU. **Recenseamento Geral de População e Habitação (RGPH, 2009).** Características socioculturais. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/>. Acesso em: 08 jul. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANI, Bethania. **Política de colonização linguística.** Universidade Federal Fluminense. 2003.

MARIANI, Bethania. **Colonização Linguística.** Campinas: Pontes, 2004.

MAPA, Guiné-Bissau. Acesso em: <https://thumbs.dreamstime.com/z/mapa-pol%C3%ADtico-de-guin%C3%A9-bissau-103661003.jpg>

MENDES, Leonel Vicente. **(Des)caminhos do Sistema de Ensino Guineense: avanços, recuos e perspectivas.** Editora CRV LTDA ME, capa mole em português, 2019.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. **Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência.** Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos, [S.l.], v. 1, n. 1, feb. 2017.

PAYER, M. O. "Memória da língua e ensino – Modos de aparecimento de uma língua apagada no trabalho do esquecimento". Organon, revista do Instituto de Letras da UFRGS, número 35. 2003.

PEREIRA, Jerónimo. **ENSINO-APRENDIZAGEM E AQUISIÇÃO DE LÍNGUA: O LIVRO DIDÁTICO E A PRÁTICA DE AULAS DE PORTUGUÊS NO ENSINO BÁSICO GUINEENSE.** Revista Areia, n° 3, 2020.

RÁDIO, Capital. Acesso em: <http://www.radiocapital.caster.fm>

RÁDIO, Jovem, acesso em: <https://www.radiojovem.info/>

MÚSICAS. Sobre Covid-19. Acesso em: https://youtu.be/9qjELL_59Do,
<https://youtu.be/LgOP-Zbfh4E>.

SANI, Fanca. **O lugar e as relações do português como Língua Oficial na escola da Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Campinas, SP, 1996.

SEVERO, Cristine Gorski. **POLÍTICA(S) LINGUÍSTICA(S) E QUESTÕES DE PODER**. UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Língua e Literatura Vernáculas. Florianópolis - SC - Brasil. 2013.

SILVA, C. L. SAMPA. P. J. **Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). RILP. Revista Internacional em Língua Portuguesa - n. 31 - 2017.

SCATAMBURLO, Luigi. **O léxico do crioulo Guineense e as suas Relações com o português: O Ensino Bilingue Portugues-Crioulo Guineense**. Tese (Doutorado) Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

SPINASSÉ, K. P. (2006). **Os conceitos de língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no sul do Brasil**. Revista Contingentia, v. 1, nov. 2006. Disponível em:
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20578/000639062.pdf?sequence=1> .
Acesso em: 17 mar. 2017.

TEZZA, Cristovão. **Material didático: um depoimento**. Educar em Revista, p. 35-42, 2002.

YURNA, Albate; SOUZA Mendes Araújo Kaline de. **Português na Guiné-Bissau: Sobre o estatuto da língua, seu ensino e a formação docente**. Repositório Unilab, 2018.